



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DIEGO DIAS BARRENSE

**Relações familiares e experiências de adolescentes em
cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em um
CREAS no sertão de Pernambuco**

**Petrolina
2018**

DIEGO DIAS BARRENSE

**Relações familiares e experiências de adolescentes em
cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em um
CREAS no sertão de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Colegiado de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Petrolina

2018

	Barrense, Diego Dias.
B271r	Relações familiares e experiências de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em um CREAS no sertão de Pernambuco / Diego Dias Barrense. – Petrolina, 2018.
	xiv, 95 f. ; 29 cm.
	Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2018.
	Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro.
	Referências.
	1. Adolescentes - conflito com a lei. 2. Problemas comportamental - adolescente. 3. Atendimento socioeducativo. 4. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 158.0835

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.
Bibliotecário: Fabio Oliveira Lima - CRB-4/2097.



Universidade Federal do Vale do São Francisco
Colegiado de Pós-Graduação em Psicologia
Curso de Mestrado em Psicologia

Dissertação intitulada **Relações familiares e experiências de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em um CREAS no sertão de Pernambuco**, de autoria de **Diego Dias Barrense**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Profa. Dra. LUCIVANDA CAVALCANTE BORGES DE SOUSA
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Prof. Dr. ALEXANDRE FRANCA BARRETO
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Prof. Dr. DANIEL HENRIQUE ESPÍNDULA
Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em Psicologia - CPGPsi/Univasf

Petrolina, 29 de agosto de 2018.

Av. José de Sá Maniçoba, s/n – Centro – Petrolina, PE, CEP 56304-205 - Bloco de Laboratórios - 1º Andar – Campus Petrolina Centro

DEDICATÓRIA

À minha família, que me proporciona vivenciar o melhor e o pior de mim;
e aos adolescentes em conflito com a lei, familiares e trabalhadores do sistema socioeducativo que emprestam uma pequena parte de suas histórias para fazer ecoar vozes que podem ser vibrantes em as queira escutar.

AGRADECIMENTOS

São diversas as colaborações e generosidades recebidas de pessoas sem as quais não poderia ter alcançado esse sonhado objetivo de conclusão do mestrado. Por isso, quero agradecer a:

Minha mãe, Lourdes, meu maior exemplo de tenacidade, de quem herdei características de personalidade fundamentais para chegar até aqui, entre as quais a disposição para encarar os desafios da vida acreditando nos recursos que cada nova experiência nos proporciona; com quem aprendi que é preciso correr atrás dos objetivos com destreza para superar as adversidades. E, principalmente, pelo seu amparo afetivo, sua aposta, sua confiança, seu consistente exercício do papel de avó, sua imperfeição e tudo mais.

Netinho, meu pai, homem e menino audaz, criativo, sonhador, distante e presente (quando foi possível ser cada um); além da vida que me deu, sou grato ao empenho dedicado à minha formação escolar e profissional, a uma boa parte das paixões que aprendi a viver, a astúcia que suas histórias me atizam e aos sonhos que me ensinou a sonhar.

Minha companheira, Manuela, exemplo de força feminina, garra e esperança, que me faz buscar crescimento e experimentar diversas nuances do mundo a partir dessa nossa convivência. Seu amor, firmeza, sua atitude questionadora, seu pragmatismo, sua companhia e apoio nos momentos de maior dificuldade, de embarços emocionais, são apenas uma parte do tempero que dá à minha vida.

Meus filhos, Dandara, João Manuel, e “o” ou “a” bebê que está chegando; são fontes incessantes de inspiração e motivação pra encarar os desafios da existência que se atualizam a cada dia; assim como são constantes nos seus processos de crescimento físico, são também na capacidade de demandarem e provocarem a minha o meu amadurecimento pessoal.

Minhas irmãs, Enia Deisy e Josineide, testemunhas e cúmplices desse ser que venho me tornando; minhas sobrinhas queridas Maria Flor, Giovana e Ana Laura, suas dádivas. Aos meus cunhados, Adeilson e Fábio, grandes parceiros.

Meus avós, Terça e João, construtores do ninho dos “Pombinhos Roxos”, minha querida família extensa materna.

Nalvinha, minha sogra; Vitória, minha cunhada, companhias de dias intensos e aliadas da ordem e do caos.

Aos muitos amigos e amigas que conquistei, em especial, aqueles que me ofereceram momentos singulares de acolhida nesses últimos tempos de agruras devido à produção da

pesquisa, em que a vida não parou: Aline, Ivana, Luciana, Manel, Serginho, cada um sabe da importância que teve.

Ao grupo de companheirxs e amigos de compartilhamento de experiências de parentagem mais divertido que há; Karine, Dudu, Fabão, Taciana, e as crianças (Danilo, Felipe, Isadora e Igor), que fazem que nos botecos por onde passamos não dê outro papo.

Às Nupetes, companheiras de exaustivo enfrentamento no cuidado às famílias que nos demandam na Vara da Infância e Juventude, Vara de família e de Proteção à Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Ana Soares, parceira de aprendizagens perspicaz e serena;

Aos demais Colegas de trabalho da Vara da Infância;

Ao pessoal do CREAS, que me recebeu com muita disponibilidade;

Aos colegas do Nupie;

Aos colegas de Mestrado;

Ao Colegiado do mestrado e professorxs que compartilharam seus conhecimentos

Ao meu orientador, Marcelo Ribeiro, parceiro, compreensivo, motivador, incentivador

À UNIVASF;

Ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, pelas portas que me abriu e também pelas que me fechou, essas últimas sobretudo me proporcionam um sentimento de que a minha superação é melhor do que qualquer ressentimento.

"...o tempo é bastante amável com a gente, seus passageiros fugazes, e nos dá permissão para crer que hoje pode ser o primeiro dos dias, e para querer que seja alegre como as cores de uma quitanda."

Eduardo Galeano (Os filhos dos dias)

RESUMO

No que tange aos problemas comportamentais entre adolescentes, o cometimento de atos delitivos durante essa época tem se afirmado como assunto de interesse preponderante do debate social. Faz-se importante ponderar que o ato infracional (Brasil, 1990) cometido pelo adolescente, cujos vínculos fragilizados são apontados como fator de risco relacionado à prática infracional, não deve ser pensado de maneira simplista, pois abarca uma complexidade de fatores. A dissertação que se apresenta parte de reflexões referentes ao campo do atendimento socioeducativo a adolescentes em conflito com a lei. Partindo da pressuposição de que os problemas de comportamentos apresentados pelos adolescentes possuem múltiplas influências, utilizou-se a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Bronfenbrenner (1996/2011) como referencial teórico para analisar os dados de adolescentes em conflito com a lei e suas famílias. Os colaboradores foram recrutados durante o processo de cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE's) em meio aberto. Problematizam-se os contextos de desenvolvimento proporcionado pelos programas socioeducativos e as relações familiares de três adolescentes. Apresentam-se dois artigos: no primeiro analisou-se o contexto de desenvolvimento de dois programas socioeducativos em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitário) de em um CREAS do sertão pernambucano; o segundo analisou trajetórias de adolescentes em conflito com a lei junto às suas famílias, focando o cometimento do ato infracional como evento de preponderante influência sobre o microsistema familiar. Os estudos trazem contribuições para ampliar a discussão sobre os impactos de ações no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, contextualizando a vida das pessoas atendidas, conforme a experiência dos próprios sujeitos.

Palavras-chave: Adolescentes em Conflito com a Lei; Atendimento Socioeducativo; Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano

ABSTRACT

The performance of delusional acts during adolescence has been affirmed as a subject of preponderant interest in the social debate. It is important to consider that the juvenile offense (Brasil, 1990) committed by the adolescent, whose frail bonds are identified as a risk factor related to infractional practice, should not be considered in a simplistic way, since it encompasses a complexity of factors. The dissertation presents some reflections regarding the field of socio-educational assistance to adolescents in conflict with the law. Based on the assumption that the behavioral problems presented by adolescents have multiple influences, the bioecological theory of human development (Bronfenbrenner, 1996, 2011) was used as a theoretical reference to analyze the data of adolescents in conflict with the law and their families. The employees were recruited during the process of compliance with socio-educational measures in the open environment. The contexts of development provided by socio-educational programs and the family relations of three adolescents are problematized. Two articles are presented: the first one analyzed the context of development of two socio-educational programs in open environment (Assisted Liberation and Community Service Provision) in a CREAS of sertão Pernambuco; the second analyzed trajectories of adolescents in conflict with the law with their families, focusing on the commission of the infraction act as an event of preponderant influence on the family microsystem. The studies bring contributions to broaden the discussion about the impacts of actions within the scope of the National System of Socio-educational Assistance - SINASE, contextualizing the life of the people served, according to the experience of the subjects themselves.

Keywords: Adolescents in conflict with the law, Socio-educational attendance, Bioecological Theory of Human Development

LISTA DE ABREVIATURAS

ACcL	– Adolescente em Conflito com a Lei
AI	– Ato Infracional
CASE	– Centro de Atendimento Socioeducativo
CFP	– Conselho Federal de Psicologia
CNACL	– Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei
CNJ	– Conselho Federal de Justiça
CREAS	– Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNASE	– Fundação de Atendimento Socioeducativo
MSE	– Medida Socioeducativa
MSEMA	– Medida Socioeducativa em Meio Aberto
NUPPE	– Núcleo Psicossocial e Pedagógico
LA	– Liberdade Assistida
PAEFI Indivíduos	– Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PIA	– Plano de Atendimento Individual
PNAS	– Política Nacional de Assistência Social
PSC	– Prestação de Serviço Comunitário
PPCT	– Pessoa Processo Contexto Tempo

- SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social
- TBDH – Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
- VRIJP – Vara Regional da Infância e da Juventude de Petrolina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
Artigo 1: O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO EM UM CREAS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO: ANÁLISE DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES INFRATORES À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	17
Resumo	17
Abstract	17
Resumen	18
Introdução	19
<i>Adolescência, Violência e Socioeducação em pauta</i>	19
<i>Medidas socioeducativas como contexto de desenvolvimento de adolescentes em conflito com a lei</i>	24
Percurso metodológico	31
<i>Coleta de dados</i>	32
<i>Aspectos Éticos</i>	34
Resultados e discussão	34
<i>Aspectos Infraestruturais</i>	35
<i>Cotidiano Institucional</i>	39
<i>Os Profissionais</i>	44
<i>Os Adolescentes</i>	46
Considerações finais	49
Referências	51
Artigo 2: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E FAMILIARES: CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO DE SUAS RELAÇÕES	54
Resumo	54
Abstract	54
Resumen	55
Introdução	56

<i>O ato infracional vivenciado pela família - Interlocução com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH)</i>	58
Método	62
<i>Participantes</i>	63
<i>Instrumentos</i>	64
Apresentação dos resultados (casos)	65
Glauber	65
<i>Trajatória infracional</i>	65
<i>Aspectos históricos e contextuais da relação familiar</i>	66
<i>Tecendo compreensões ecológicas</i>	72
Sérgio	75
<i>Trajatória infracional</i>	75
<i>Aspectos históricos e contextuais da relação familiar</i>	76
<i>Tecendo compreensões ecológicas</i>	80
Considerações finais	83
Referências	84
À GUIA DE CONCLUSÃO	87
Referências gerais	90

APRESENTAÇÃO

Os estudos que se apresentam nesta dissertação são originários de reflexões referentes ao campo do atendimento socioeducativo a adolescentes em conflito com a lei, baseadas sobretudo em experiências de atuação da prática psicológica no contexto judiciário, mais especificamente em atendimentos na Vara Regional da Infância e Juventude de Petrolina/PE (VRIJP), junto ao Núcleo Psicossocial e Pedagógico (NUPPE¹) da referida unidade judiciária.

Destaca-se que, vimos assumindo entre as atribuições que nos são demandadas em tal cenário de prática profissional, ações junto a adolescentes que ingressam no Judiciário indiciados pela prática de ato infracional. Tendo como objetivo acompanhar esses jovens e seus familiares até a promulgação da sentença judicial, o atendimento realizado no NUPPE é de caráter interprofissional e antecede o cumprimento de uma eventual medida socioeducativa, a qual, em sendo determinada, deverá ser cumprida posteriormente em unidades do sistema socioeducativo.

É mister salientar que é próprio da natureza do trabalho que realizamos uma ação de caráter avaliativo, que visa fornecer subsídio ao magistrado para as decisões das medidas a serem aplicadas. Pontua-se, entretanto, que ainda que dentro das limitações impostas pelo campo, buscamos realizar também pequenas intervenções junto ao sistema sócio familiar dos jovens, que têm como objetivo promover ampliações de suas possibilidades de se relacionar com o mundo à sua volta, de modo que funcionem como alternativas à prática infracional.

¹ Nomenclatura adotada para denominar a equipe interdisciplinar que auxilia o juiz da VRIJP através da realização estudos com fins de fornecer subsídios às tomadas de decisões e outras intervenções específicas, conforme previsto na Lei 8.069/90, arts. 150 e 151. Na aludida unidade judiciária, o NUPPE foi oficialmente instituído através da Portaria nº 001/2012, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 5 de junho de 2012 – Ed. 106 (p. 873-874), contanto atualmente na sua constituição com três assistentes sociais, três pedagogas e três profissionais de psicologia.

Importa referir como dado de realidade que frequentemente temos nos deparado com diversos modos de fragilização e/ou rompimentos de vínculos comunitários e familiares em relação aos jovens atendidos, cujas causas são diversas e, por ora, escapam à nossa intenção trazer à uma análise pormenorizada. Tais circunstâncias têm sido amplamente abordadas por estudos, que as têm relacionado diretamente a um desafio de se promover ações ressocializadoras eficazes no âmbito dos programas de atendimento socioeducativos.

Faz-se ressaltar, a partir deste ponto, que temos nos interessado em problematizar para a construção da nossa proposta de estudo, especificamente, as relações familiares marcadas por fragilizações dos vínculos entre adolescentes e figuras parentais, as quais são apontadas como importantes fatores de risco no que se refere à prática infracional (Costa, Penso, Sudbrack & Jacobina, 2011), fenômeno que tem estado ao nosso alcance por meio da experiência profissional e que nos instiga à busca de maior compreensão.

Encontramos referidos na literatura fatores familiares que comumente são associados à condição de infrações à lei e ao cumprimento de medida socioeducativa por adolescentes. São eles: os socioeconômicos, a estrutura familiar, a violência intrafamiliar, as práticas educacionais e monitoramento parental, a fragilidade dos vínculos familiares, os familiares em conflito com a lei e os fatores biológicos. (Castro & Teodoro, 2014)

Emana-nos, diante da realidade a que temos vivenciado cotidianamente, questionamentos tais quais: Como os adolescentes e familiares aos quais atendemos no contexto do judiciário mediante apuração de atos infracionais são posteriormente acolhidos nos programas de atendimento socioeducativo? Quais os resultados práticos das ações das quais esses têm sido alvos no contexto socioeducativo? Até onde é possível vislumbrar intervenções no sistema familiar de jovens em conflito com a lei, as quais favoreçam ampliações de perspectivas nos projetos de vida de tais jovens?

Desse modo, elegemos como temas pertinentes para investigação e construção dessa dissertação experiências de adolescentes em conflito com a lei junto a dois distintos programas de medidas socioeducativas em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) localizado em um município no sertão de Pernambuco e trajetórias relacionais no âmbito familiar. Assim, após essa breve problematização, indica-se que essa dissertação está organizada sob formato de dois artigos,

O primeiro artigo desta dissertação baseia-se em uma análise em busca de compreensões ecológicas acerca do contexto de desenvolvimento proporcionado a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto em dois programas distintos (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitário) de em um CREAS localizado em um município do sertão de Pernambuco.

O segundo artigo objetivou descrever aspectos das trajetórias de adolescentes em conflito com a lei junto às suas famílias, focando o cometimento do ato infracional como evento de preponderante influência sobre o microssistema familiar.

Por fim, ambas as pesquisas trazem contribuições para o tema proposto, instigando diversos questionamentos aos próximos estudos a serem realizados.

ARTIGO 1

O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO EM UM CREAS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO: ANÁLISE DO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES INFRATORES À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Diego Dias Barrense²
Marcelo Silva de Souza Ribeiro³

RESUMO

Dada a complexidade implicada na intervenção junto a adolescentes em conflito com a lei e a inter-relação entre os diferentes contextos que repercutem no desenvolvimento humano, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano – TBDH (Bronfenbrenner, 2008) foi adotada como aporte teórico para compreender uma instituição responsável pela operacionalização de medidas socioeducativas em meio aberto (MSEMA) enquanto contexto de desenvolvimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço Comunitário (PSC). O estudo foi delineado sob a perspectiva da inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003), cuja análise de um CREAS como microssistema trouxe a compreensão de que existem muitos entraves relacionados aos aspectos macro e mesosistêmicos, que dificultam o estabelecimento de processos proximais capazes de repercutirem positivamente no desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei e atendidos pela instituição em destaque.

Palavras chave: Adolescentes em conflito com a lei, Atendimento socioeducativo, Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

The socio-educational attendance in open environment in a CREAS on interior of Pernambuco: analysis of development context for adolescents in conflict with the law from the Bioecological Theory of Human Development

ABSTRACT

Considering the complexity involved in intervening with adolescents in conflict with the law and the interrelationship between the different contexts that have repercussions on human development, the Bioecological Theory of Human Development (Bronfenbrenner, 2008) was

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Psicólogo integrante da equipe interdisciplinar da Vara Regional da Infância e Juventude de Petrolina

³ Orientador e docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

adopted as a theoretical contribution to the understanding of an institution responsible for the operationalization of socio-educational measures in an open environment as a development context for adolescents undergoing the socio-educational measures of probation and provision of community service. The study was designed from the perspective of ecological insertion (Ceconello & Koller, 2003), whose analysis of a CREAS as a microsystem showed that there are many obstacles related to macro and mesosystemic aspects that make it difficult to establish proximal processes capable of positively impacting on the development of adolescents in conflict with the law and attended by the institution in focus.

Key-words: Adolescents in conflict with the law, Socio-educational attendance, Bioecological Theory of Human Development

La atención socioeducativa en medio abierto en un creas del interior de Pernambuco: análisis del contexto de desarrollo de adolescentes infratores a la luz de la teoría bioecológica del desarrollo humano

RESUMEN

Dada la complejidad implicada en la intervención junto a adolescentes en conflicto con la ley y la interrelación entre los diferentes contextos que repercuten en el desarrollo humano, la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano - TBDH (Bronfenbrenner, 2008) fue adoptada como aporte teórico para comprender una institución responsable de la operacionalización de medidas socioeducativas en medio abierto (MSEMA) como contexto de desarrollo de adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas de Libertad Asistida (LA) y Prestación de Servicio Comunitario (PSC). El estudio fue delineado bajo la perspectiva de la inserción ecológica (Ceconello & Koller, 2003), cuyo análisis de un CREAS como microsistema trajo la comprensión de que existen muchos obstáculos relacionados a los aspectos macro y mesosistémicos, que dificultan el establecimiento de procesos proximales capaces de repercutir positivamente en el desarrollo de los adolescentes en conflicto con la ley y atendidos por la institución en destaque.

Palabras clave: Adolescentes en conflicto con la ley, Atención socioeducativa, Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano.

Introdução

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) é tido como marco de maior importância no país no que se refere à mudança de abordagem do Estado em matéria de atendimento à infância e adolescência. Seu advento regulamentou a doutrina da proteção integral consagrada na Constituição de 1988, estabelecendo uma mudança de perspectiva principalmente para a categoria de sujeitos reconhecidos como “menores”, expressão essa originária de códigos jurídicos anteriormente vigentes, cuja intencionalidade do uso era distinguir, entre crianças e jovens, aqueles considerados incômodos ou ameaçadores. (Gonçalves & Garcia, 2007).

Destaca-se que, tanto quanto celebrados os avanços do ECA, hodiernamente a efetividade da Lei, naquilo em que se propõe, tem sido fortemente questionada. Tais críticas geralmente estão amparadas na existência ainda de muitos problemas para que se garanta a considerável parcela da população infanto-juvenil a integralidade dos direitos por meio de ações sólidas no plano das políticas públicas e das instituições envolvidas, em acordo com os princípios previstos na lei. (Costa et al., 2011).

Faz-se imperioso, desse modo, discutir os desafios que se impõem ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente no Brasil. Nesse sentido, um dos temas afins que mais têm ganhado destaque é o do atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei junto às instituições e programas oficiais que promovem as Medidas Socioeducativas (MSE's).

Adolescência, Violência e Socioeducação em pauta

Diversos aspectos tornam os adolescentes vulneráveis à criminalidade e à prática de atos delitivos, sendo esses, tanto de ordem socioeconômica, como culturais e psicossociais. Pondera-se que, qualquer que seja, a ação violenta praticada pelo adolescente não deve ser pensada, de

maneira simplista, como tendo uma única causa definida, ou ainda que o envolvimento do adolescente com práticas delitivas seja passível de controle por intervenção em condições pontuais específicas e delimitadas a priori.

A compreensão da conduta violenta por parte de adolescentes abarca, assim, uma complexidade de fatores, como por exemplo: condição socioeconômica associada à falta de perspectiva de acesso a bens materiais através do mercado regular de trabalho, submissão anterior a condições de violência, abandono afetivo, influência do grupo de pares, crença em destino e vocação para a vida do crime, influência de familiares, para citarmos alguns aspectos já abordados em estudos (Aranzedo & Souza, 2007; Nardi & Dell'aglio, 2012).

A intensa participação de adolescentes em atos criminosos, por outro lado, tem tido forte repercussão na mídia nos últimos anos, principalmente as notícias associadas a mortes de pessoas e outras consequências brutais, que se apresentam reveladoras de um possível potencial perverso da natureza humana. Sobressaem entre as narrativas, geralmente, a supervalorização dos crimes graves cometidos por menores enquanto fatos corriqueiros, frutos de uma suposta impunidade oferecida pela lei aos adolescentes. Conforme dados estatísticos, entretanto, as condutas de maior potencial ofensivo constituem-se como minoria entre os tipos mais comuns de atos infracionais praticados (Araújo, 2017; CNJ, 2016).

Tecendo ponderações sobre o tema, Nardi e Dell'Aglio (2013) afirmam que a aquisição de bens materiais pode ser destacada como uma das principais motivações para os delitos praticados pelos jovens, ao contrário da necessidade de empreender a violência com fim em si mesma. Tal análise se contrapõe a ideia de que há uma periculosidade natural atrelada à conduta do adolescente infrator.

Não se deve negar, com isso, a relação entre a conduta violenta de adolescentes e os danos advindos das diversas modalidades de ato infracional como um grave problema social. Contudo, é necessário antes analisá-la face a uma complexa realidade, a qual exige esforços no

sentido de compreender a intrincada teia da qual emana uma cultura de naturalização da violência, cujo cenário de desigualdade social serve como pano de fundo. Não obstante, faz-se imperioso ainda proteger os adolescentes dos efeitos devastadores que a própria escalada da violência lhes impõe diretamente ou indiretamente, sob a forma de diversos fenômenos sociais, a exemplo de preconceito, exclusão e criminalização da sua condição socioeconômica. (Araújo, 2017).

Inquietante dado de realidade que se apresenta atualmente é o amplo envolvimento de jovens infratores com atividades ligadas ao tráfico de drogas ilícitas, conforme números divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (2016)⁴, a despeito da compreensão de que o crescimento quantitativo de atos infracionais registrados nos últimos anos também se dá em função da implantação de melhorias nos sistemas oficiais de coleta de dados relativos aos adolescentes em conflito com a lei. Por outro lado, como fator de risco fortemente relacionado à condição de vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas, tem-se o consumo abusivo de substâncias psicoativas de modo a comprometer o desenvolvimento saudável.

De acordo com Espíndula e Santos (2004), as representações sociais que têm se mostrado mais presentes na sociedade acerca de adolescentes que se encontram em cumprimento de MSE's são de “delinquentes” e “criminosos”, o que tem proporcionado o avanço do preconceito com essa parcela da população jovem do país. Conforme os autores, a

⁴ Informação proveniente de matéria jornalística divulgada na página oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual faz referência a um levantamento realizado em novembro de 2016 junto ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL). Destaca-se que tal sistema de informações foi instituído com o objetivo de permitir o acompanhamento da situação processual dos adolescentes que cometeram atos infracionais. Desde 2014, o preenchimento do CNAACL passou a ser obrigatório para a extração das guias de internação provisória de adolescentes, bem como as de execução definitiva de medidas socioeducativas, por exigência da Resolução CNJ n. 165/2012. O cadastro é alimentado pelas próprias Varas de Infância e Juventude, sendo passível da ausência de uma atualização sistemática de informações.

experiência tem demonstrado que, em certas circunstâncias, as ações dos profissionais com os adolescentes em conflito com a lei tendem a práticas moralizantes e de controle social.

Percebe-se, assim, que o descumprimento sistemático de princípios que garantam atendimentos qualificados aos adolescentes inseridos em programas socioeducativos enseja um processo de desqualificação do sistema, com conseqüente limitação da possibilidade de efetivação de processos estruturantes em operação na vida desses sujeitos, ganhos que deveriam ser esperados como resultado da passagem de qualquer desses jovens por uma instituição de atendimento socioeducativo, seja cumprindo sua MSE sob restrição de liberdade ou no meio aberto. Dessa forma, faz-se urgente que todos os responsáveis pela execução das ações socioeducativas repensem as concepções e práticas que os orientam (Costa & Assis, 2006).

Importa referir a compreensão de Bisinoto *et al.* (2015), de que a noção de socioeducação trazida pelo ECA ainda se encontra deficitária tanto do ponto de vista teórico quanto prático, caracterizada pela fragilidade e imprecisão que reverbera no modo inconsistente como às ações de atendimento socioeducativo são pensadas e executadas no país. Os autores reiteram que, apesar de representar um avanço, o estatuto pouco esclareceu sobre a concepção de socioeducação que pudesse subsidiar intervenções efetivamente promotoras do desenvolvimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Aponta-se que somente no ano de 2006, com a resolução nº 106 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, é que se começou a identificar esforços no sentido de esclarecer as bases e princípios sob os quais se ancoram as medidas socioeducativas, ainda que essas já vigorassem (Bisinoto *et al.*, 2015). Posteriormente, a Lei nº 12.594/2012, conhecida como lei do Sinase, veio regulamentar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Contudo, ainda assim, há que se destacar que a referida lei apresenta um direcionamento para a organização estrutural e para o funcionamento das instituições de atendimento, entretanto, não é um referencial teórico quiçá um guia prático (Barreto, 2007).

É notável, assim, que a história do campo socioeducativo no Brasil está marcada pelas diversas dificuldades de ordenamento e implementação de ações; ainda vigora a cultura punitiva, baseada no modelo carcerário. Destaca-se que o desenho que melhor define atualmente os serviços e o tratamento socioeducativo é o que ganha contorno em atitudes preconceituosas, normativas, fiscalizatórias e burocratizadas no desenrolar das práticas nos contextos socioeducativos conforme evidenciado em diversos estudos (Assis & Constantino, 2005; Brito, 2007; C. Costa & Assis, 2006; Espíndula & Santos, 2004, L. Costa *et al.*, 2011). Desse modo, o cotidiano da execução das MSE's no Brasil tem posto em evidência o distanciamento que as ações desenvolvidas no âmbito do sistema socioeducativo vêm mantendo em relação aos princípios da doutrina da proteção integral. (Costa, 2005)

Tem-se observado, nesse sentido, a emblemática adesão de setores da população a movimentos que defendem a redução da maioria penal, bem como outras propostas mirando o enrijecimento de sanções a serem aplicadas aos jovens infratores, tomadas como uma forma simplista de solução para o complexo problema da violência urbana em geral. Entende-se que tais movimentos estão diretamente relacionados à visão deturpada de que os sujeitos menores de idade contam com a permissividade do Estado para praticarem crimes, bem como ao processo de desqualificação às medidas socioeducativas propostas pelo ECA.

A partir do levantamento de pesquisas que tratam da temática de adolescentes em conflito com a Lei, percebe-se uma crescente produção explorando a questão do atendimento socioeducativo. Em geral, os dados apontam um cenário ainda marcado pela descaracterização das práticas em relação aos pressupostos e garantias legais previstas na legislação. Destaca-se a ênfase na punição dada pelas instituições que executam ações socioeducativas, precarização de condições de atendimento, refletindo a adoção de posturas normatizantes e higienistas, caracterizadas por tratamentos moralizantes recebidos pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa nas diversas modalidades. (Assis & Constantino, 2005; Brito, 2007; Gonçalves,

& Garcia, 2007; Zamora, 2008; L. Costa, Penso, Sudbrack & Jacobina, 2011; Morais & Malftano, 2014; Jimenez & Frasseto, 2015).

C. Costa (2005) advertem-nos que, ante à questionável efetividade da proposta socioeducativa, eclodem movimentos de oposição aos direitos dos adolescentes, a exemplo da recorrente proposta de redução da maioria penal. Tais movimentos reiteradamente ameaçam conquistas dum processo histórico de luta pela garantia à proteção integral às crianças e adolescentes. Deste modo, refletimos que, ao passo que tem ganhado notoriedade o apelo midiático pelo rebaixamento da maioria penal e outras ações com vistas ao empobrecimento da proteção integral à infância e à adolescência, torna-se evidente também a urgente necessidade de ampliação e qualificação do debate sobre o impacto que o grupo da população em idade jovem tem sofrido em termos de vitimização fatal oriunda do aumento da violência urbana. Nesse ponto, verifica-se que os jovens brasileiros negros, do sexo masculino e moradores de áreas periféricas das médias e grandes cidades são os principais alvos de mortes violentas e outros modos contemporâneos de vitimização. (Barros, Benício, Silva, Leonardo & Torres, 2017; Jimenez & Frasseto, 2015; Barreto, Medrado & Quadros, 2013)

Uma das maneiras de fazer frente ao problema vivido por parcela dos jovens brasileiros submetidos à realidade posta é a melhoria do atendimento socioeducativo. Assinala-se, assim, o desafio de promoção de ações ressocializadoras eficazes no âmbito dos programas de atendimento socioeducativos.

Medidas socioeducativas como contexto de desenvolvimento de adolescentes em conflito com a lei

Conforme o ECA, o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por pessoa entre os 12 e 17 anos de idade (Brasil, 1990). Assim, a prática de um ato infracional conduz o adolescente ao julgamento de sua ação pelo sistema judiciário,

usualmente pelo Juiz da Infância e da Juventude, que deverá estabelecer uma Medida Socioeducativa (MSE), levando em consideração a gravidade da conduta infringida, bem como as condições do adolescente para cumpri-la.

Elencadas no Artigo 112 do ECA, as medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional podem variar desde a advertência até a internação, levando-se em conta o ato infracional cometido e as condições do adolescente em cumpri-la. Também são previstas medidas de proteção, que podem ser propostas concomitantemente às socioeducativas de maneira a garantir ações de cuidado articuladas às primeiras. Dentre propostas socioeducativas existentes estão a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA), focos do presente estudo, cujo cumprimento se realiza em meio aberto.

A LA prevê o acompanhamento, orientação e auxílio aos adolescentes e suas famílias, a inserção no sistema educacional e o acesso ao mundo do trabalho com apoio técnico especializado, tendo em vista a promoção social e o reforço dos vínculos com a família e a comunidade.

No caso da Prestação de Serviço à Comunidade, o cumprimento da referida medida consiste na realização de tarefas gratuitas pelos adolescentes junto a entidades assistenciais, hospitais e outros equipamentos, por período não excedente a seis meses, e cuja carga horária semanal máxima deve ser limitada a oito horas, tendo em vista a adequação à rotina dos socioeducandos.

No que se refere à operacionalização do atendimento socioeducativo em meio aberto, O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a unidade de referência adotada pelo Estado. É pública, encontrando-se na esfera administrativa municipal, e presta serviços especializados e articula ações com a rede de serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, com as outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Na atualidade, a aplicação de MSE's é regulamentada pela Lei 12.594/2012, a qual normatiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), entendido como o conjunto de princípios, regras e critérios que estão ligados ao cumprimento das medidas socioeducativas; inclui os sistemas estaduais, distritais e municipais, assim como os planos, as políticas e os programas característicos de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei (Brasil, 2012).

Adverte-se que o processamento das medidas deve se dar para além da punição aos autores de atos infracionais, apresentando caráter mediador e devendo contribuir para que os adolescentes em conflito com a lei se reorganizem perante a sociedade, tendo em vista a perspectiva da responsabilização. Entende-se, assim, que as medidas socioeducativas se caracterizam pelo aspecto coercitivo e pelo aspecto educacional, sendo este último ainda apontado como distante de se estabelecer nos diversos contextos que atendem adolescentes que cometeram atos infracionais (Assis & Constantino, 2005; Sousa & Almeida, 2011).

Bisinoto *et al.* (2015) destacam que a socioeducação é um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da articulação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes.

A partir de um olhar abrangente, entende-se que o período de cumprimento da medida socioeducativa para o adolescente que cometeu um ato infracional deve se estabelecer como um momento para a estruturação de um projeto de vida e qualificação ou mesmo redefinição de laços sociais (Nardi, & Dell'Aglio, 2014; Sehn, Dalla Porta & Siqueira, 2015). Para tanto, os adolescentes necessitam do apoio de figuras representativas que os encorajem a buscar por caminhos mais saudáveis, os quais incluam, principalmente, a escolarização e o engajamento laboral, como forma de reinserção na sociedade (C. Costa & Assis, 2006; Jacobina, & L. Costa, 2007; Gallo & Williams, 2008; Sehn, Dalla Porta, & Siqueira, 2015).

Zappe e Dell’Aglío (2016), destacam a importância de considerar a oferta de recursos e oportunidades para o desenvolvimento saudável na adolescência, pensando as características dos contextos de desenvolvimento como definidoras de vulnerabilidades e potencialidades, as quais trazem implicações para as trajetórias de vida dos adolescentes.

De forma complementar, Nardi e Dell’aglio (2012), indicam a pressuposição de que o cumprimento de uma medida se constitui em um momento significativo na vida do adolescente em conflito com a lei e de sua família, podendo se constituir num fator de proteção na medida em que auxilia o jovem e sua família a se reorganizarem.

De acordo com Sehn, Dalla Porta & Siqueira (2015)

As medidas socioeducativas devem garantir o acesso do adolescente a oportunidades de superação de sua condição de exclusão e apreensão de valores positivos de participação na vida social. Se as condições cotidianas privaram o adolescente de possuir uma vida digna, a instituição deve se constituir em um espaço que ofereça perspectivas para o futuro. Para isso, é necessário que durante o cumprimento das medidas sejam ofertadas aos adolescentes oportunidades que fortaleçam as relações positivas e a construção de planos para o futuro. (p. 29)

No campo do atendimento socioeducativo brasileiro, destaca-se a exigência oficial quanto à elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com os adolescentes e suas famílias, o qual visa traçar metas viáveis que auxiliem os adolescentes a repensar suas trajetórias, desvinculadas do ato infracional – a serem alcançadas ao término da medida. Os PIA’s são tidos como ferramentas fundamentais para nortear as ações socioeducativas, tendo sua importância atrelada sobretudo à proposta de singularização do atendimento aos jovens em cumprimento de MSE (Costa *et al.*, 2011). Na atuação dos psicólogos e outros profissionais em centros de atendimento vislumbra-se como fundamentalmente necessário trabalhar no sentido de promover intervenções de fortalecimento em torno dos vínculos familiares e comunitários (CFP, 2012).

Considerando a complexidade implicada na intervenção junto a adolescentes em conflito com a lei e a inter-relação entre os diferentes contextos que repercutem no desenvolvimento humano, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano - TBDH (Bronfenbrenner, 2008) foi adotada no presente estudo como aporte teórico para a compreensão de uma instituição responsável pela operacionalização de medidas socioeducativas em meio aberto (MSEMA) enquanto contexto de desenvolvimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A TBDH propõe que o desenvolvimento humano seja compreendido a partir da interação de quatro dimensões inter-relacionadas: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo – reconhecida sob denominação de Modelo PPCT (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Neste modelo, o processo é destacado como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, que é visto através de processos de interação recíproca progressivamente mais complexa de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner, 2011). Estas formas de interação no ambiente imediato são denominadas, no modelo bioecológico, como processos proximais.

À luz da TBDH, entende-se, assim, que a relação estabelecida entre o adolescente e os ambientes com os quais ele interage durante o período em que cumpre uma medida socioeducativa, deve favorecer o desencadeamento de processos proximais, ou seja, de relações estreitas com outras pessoas que o afetam e são afetadas por ele (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Assim, durante o cumprimento da medida socioeducativa, a instituição se constitui em um ambiente ecológico importante ao adolescente, no qual ele pode ressignificar suas vivências e, a partir disso, estabelecer relações positivas que favoreçam o seu desenvolvimento.

Ainda sob o prisma da TBDH é possível compreender que a possibilidade de construção de propostas de atendimento socioeducativo voltadas ao efetivo desenvolvimento dos

adolescentes está relacionada à compreensão de que os processos proximais são eficazes na obtenção de competências ou na redução de disfunções do desenvolvimento (Coscioni, 2017). Para tanto, faz-se importante compreender que “O engajamento e a interação em uma atividade são aspectos necessários para que ocorra um processo proximal, assim como o período de tempo prolongado e estável” (Dalla Porta, Sehn & Siqueira, 2015, p. 269).

Compreende-se que o processo proximal é o mecanismo propulsor do desenvolvimento humano, o qual se estabelece através de interações (entre pessoas, objetos e símbolos) nos ambientes onde a vida cotidiana se desdobra (Bronfenbrenner, 2011). Para serem efetivos, esses devem acontecer numa base regular, sistemática, através do tempo. Assim, as interações que acontecem entre trabalhadores das instituições socioeducativas no decorrer de suas intervenções com adolescentes e suas famílias podem ser compreendidos como processos proximais, pois envolvem padrões de interação estáveis e recíprocos entre as pessoas e seus ambientes.

O ingresso do adolescente em contexto institucional de um programa de cumprimento de medida socioeducativa caracteriza uma transição ecológica, na qual a posição da pessoa do adolescente no ambiente é alterada em função de uma mudança de papel a ser vivenciada enquanto processo de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). Nesse sentido, o cumprimento de uma medida socioeducativa pode influenciar os adolescentes e trazer implicações para o ambiente ecológico dos mesmos.

Dessa forma, compreende-se a valorização da qualidade dos vínculos estabelecidos durante a passagem pela medida socioeducativa como fator de proteção a adolescentes que cometeram atos infracionais. Coscioni (2017) destaca três grupos principais de sujeitos com os quais adolescentes, durante o cumprimento da MSE, estabelecem interações tidas como de suma importância para a elaboração de projetos de vida. Tais grupos são os dos profissionais das instituições socioeducativas, os outros adolescentes (pares) e os seus familiares.

No caso da participação em programas socioeducativos em meio aberto, é possível pensar que há maior possibilidade de interação com outros atores no âmbito da comunidade, como, por exemplo, as pessoas com quem os jovens estabelecem contatos na instituição em que cumpre jornada de prestação de serviço comunitário, sejam essas as que se apresentam como suas referências institucionais ou alguém a quem o serviço prestado pode favorecer a auto percepção do potencial pessoal do adolescente; é importante referir o reforço da vivência escolar, que em muitos casos os jovens encontram-se em situação de afastamento do contexto formal de educação. Conseqüentemente, pressupõe-se a existência de maior potencial de estabelecimento de redes de apoio aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa sem restrição de liberdade.

Destacamos que, embora menos privilegiadas em estudos científicos, as medidas socioeducativas em meio aberto são compreendidas como de importância ímpar no sistema socioeducativo, por representarem, também um campo de execução de medidas em resposta a atos de menor potencial ofensivo, onde a tônica da prevenção à reincidência infracional dos adolescentes se faz primordial; em outras circunstâncias, representam o percurso de progressão de uma medida cumprida inicialmente pelo adolescente em restrição ou privação de liberdade, ou seja, uma transição entre a internação em unidade de privação de liberdade e o término da passagem pelo sistema socioeducativo para o adolescente, ao qual foi atribuído o cometimento de uma infração de maior gravidade.

Tomou-se como missão no presente artigo debater a possibilidade de maior qualificação do processo de estruturação do contexto de desenvolvimento de ações socioeducativas em meio aberto em um município do sertão de Pernambuco, especificamente analisando um Centro de Referência Especializado em Assistência Social, órgão responsável na referida cidade pelo gerenciamento e operacionalização das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e

Prestação de Serviço à Comunidade junto aos adolescentes submetidos ao devido processo judicial na Vara da Infância e da Juventude local.

A pesquisa apresentada é, portanto, guiada pelo interesse de refletir sobre as condições que têm favorecido ou desfavorecido o desenvolvimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em um contexto onde se opera a dita socioeducação. Buscamos entender algumas das lógicas que subsidiam a organização e desenvolvimento de ações do campo jurídico e das políticas públicas voltadas à promoção de desenvolvimento adolescente. Empreendemos, assim, uma discussão sobre alguns desafios postos para uma realidade em particular, contudo, propondo a construção de conhecimentos aplicáveis a esse bem como outros programas.

Tivemos como objetivo conhecer as características do contexto de uma instituição que atende adolescentes que cumprem medida socioeducativa em liberdade, especificamente identificar e analisar as ações propostas no âmbito dos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto em um município do sertão de Pernambuco, no sentido de tecer compreensões ecológicas relativas ao potencial de promoção de desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei atendidos.

Percurso metodológico

Este estudo constitui-se como parte de uma pesquisa de mestrado sobre as trajetórias relacionais e experiências de adolescentes em conflito com a lei e familiares junto a dois programas de medidas socioeducativas em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), sendo esses programas o de Liberdade Assistida (LA) e o de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Nesse sentido, para a construção deste artigo focou-se em específico a análise dos aspectos contextuais relacionados a operacionalização dos programas socioeducativos em meio aberto em referência.

O contexto da pesquisa foi o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Petrolina, instituição pública que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e responsável no âmbito do referido município pela execução dos programas de cumprimento de MSE's em meio aberto no município. A presença em campo se deu entre julho de 2017 a março de 2018.

A investigação realizada teve caráter exploratório descritivo de natureza qualitativa, cujo delineamento se deu sob uma abordagem de perspectiva etnográfica. Partiu-se da compreensão que o CREAS é um microssistema que influencia o desenvolvimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

O delineamento do estudo foi inspirado na perspectiva denominada de inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2013). A inserção ecológica foi desenvolvida no Brasil por Cecconello e Koller (2003) enquanto método de perspectiva etnográfica embasado pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) elaborada por Bronfenbrenner (1996, 2008). Consiste na inserção em campo com a perspectiva de estabelecer processos proximais com os participantes. Os quatro componentes principais do modelo ecológico são: processo, pessoa, contexto e tempo, constituem a base para a inserção ecológica do pesquisador e para a compreensão do fenômeno estudado. O aspecto mais relevante, entretanto, deve ser a análise dos processos proximais, que ocorrem através da interação de pesquisadores, participantes, objetos e símbolos presentes nos diferentes níveis ambientais (micro ao macrossistema), a fim de discutir os achados da pesquisa.

Coleta de dados

Os dados da pesquisa foram coletados, em intervalos regulares, por um período de aproximadamente seis meses após a autorização ser concedida e a pesquisa obter aprovação dos órgãos competentes.

Durante o tempo de vinculação entre pesquisador e participantes, a observação participante torna-se um método de estudo fundamental, de modo que aspectos observados referentes aos quatro elementos que compõem o Modelo PPCT são registrados em diários de campo pelos membros da equipe. Aponta-se, assim, que o diário de campo foi utilizado como instrumento fundamental de registro de dados. Neste foram anotadas as percepções e sentimentos do pesquisador durante a estadia em campo.

Os contatos se constituíram a partir da aproximação do primeiro pesquisador com os contextos institucionais do CREAS, como também do próprio Juízo da Infância e Juventude responsável pelo julgamento de delitos juvenis e operacionalização judicial dos processos de execução das medidas socioeducativas na cidade. Importa referir, portanto, que o lugar do pesquisador tem característica singular, vez que esse se encontra no exercício da função de psicólogo na equipe técnica interdisciplinar da referida unidade judicial, assumindo, assim, propriedades de atuante no contexto⁵ judiciário que é integrante do sistema socioeducativo.

Os registros em diário de campo concentraram-se em pontos como descrição das atividades conduzidas em campo, aspectos infraestruturais, cotidiano institucional, recepção dos técnicos da instituição ao pesquisador, recepção dos adolescentes ao pesquisador, interações entre funcionários e adolescentes, interações entre funcionários, interações entre adolescentes, conversas informais e outras observações.

Com base na inserção ecológica no CREAS, os dados registrados em diário de campo foram produzidos com dois focos, baseado na aproximação com proposições metodológicas apresentadas por Coscioni (2017): a). A apresentação do ambiente institucional e b). A contextualização da inserção em campo.

⁵ O primeiro autor é psicólogo integrante da equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude local. Cumpre função de apoio técnico ao juízo, tendo entre outras atribuições a realização de estudos com fins de subsidiar decisões em ações judiciais envolvendo crianças e adolescentes, conforme previsto na Lei 8.069/90, arts. 150 e 151.

A contextualização do ambiente possibilitou a apreensão sobre elementos cotidianos e situacionais que influenciam as propostas de atendimento aos jovens em cumprimento de MSE. A contextualização da inserção do pesquisador em campo, por sua vez, permitiu maior compreensão sobre os processos estabelecidos com os técnicos e adolescentes durante a realização da pesquisa, que influenciam diretamente os procedimentos de coleta e análise dos dados e, conseqüentemente, a apresentação de seus resultados.

Aspectos éticos

Destaca-se que para consecução das atividades de campo, foi garantida a anuência da instituição, bem como aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, onde está registrada sob o número CAAE: 69038517.7.0000.5196, em atendimento às resoluções conforme exigência da resolução CNS 510/16.

Resultados e discussão

Os resultados encontrados por meio do processo sistemático de análise dos dados, apresentam-se organizados em quatro núcleos temáticos, quais sejam: 1) Aspectos Infraestruturais; 2) Cotidiano Institucional; 3) Os Profissionais; e 4) Os Adolescentes. Tal proposta se orienta na perspectiva de identificar e discutir os objetos e símbolos que permeiam a relação entre adolescentes e o contexto socioeducativo em destaque, marcos constitutivos do percurso dos adolescentes no desenrolar das transições ecológicas, ou seja, a alteração de papéis e posições simbólicas, desencadeadas com a entrada dos adolescentes e suas famílias em contato com o meio sociojurídico, com o qual se espera que estabeleçam relações profícuas para a convivência em sociedade.

As observações miraram a busca pelos significados contidos na singularidade das vivências dos adolescentes e demais sujeitos envolvidos no cotidiano dos programas socioeducativos do CREAS. Amparamo-nos na compreensão que as práticas de atendimento se constituem e ao mesmo tempo são constituintes de uma “miríade de discursos que engendram a realidade e a dinâmica de atendimento socioeducativo”, colaborando na construção de sentidos e significados sobre o que vem a ser a medida socioeducativa em si. (Sousa & Almeida, 2011). Discutimos características do contexto institucional que influenciam no modo como as experiências pessoais podem se tornar significativas, favorecendo a mudança e o desenvolvimento.

Aspectos Infraestruturais

Este tema foca aspectos atinentes à localização, estrutura física e condições de organização do atendimento de adolescentes em cumprimento de MSE's no CREAS. Relaciona-se não apenas às observações de elementos físicos, mas também a relatos que revelavam a experiência de adolescentes e funcionários no ambiente.

O CREAS que serviu de cenário para a pesquisa é uma instituição pública componente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município, estando sob a responsabilidade gerencial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do município. Embora essa seja considerado como de grande porte, conforme os parâmetros da política pública de assistência social, o CREAS se trata do único órgão da cidade responsável pela demanda de atendimentos socioeducativos em meio aberto, bem como única referência para atendimentos especializados destinados ao perfil de público específico a que se destina, conforme definido na tipificação de serviços do SUAS, que além de adolescentes em conflito com a lei abrange pessoas de diversas faixas etárias em condições de vulnerabilidade social e que sofreram algum tipo de violação de direitos.

Em meados de junho de 2017, quando realizamos o primeiro contato com a coordenação e equipe técnica do CREAS com vistas à apresentação da proposta de pesquisa, o órgão era sediado na região central da cidade, localização na qual já funcionava há cerca de sete anos, em prédio de propriedade do poder público local. Pouco menos de um mês depois o centro seria transferido de endereço, para imóvel particular alugado, sob a alegação trazida no discurso da secretária municipal no ato de inauguração, de que o serviço

“funcionava de forma errada e desrespeitando o que determina o SUAS, que exige sede própria para este trabalho [o espaço anterior era dividido com o Centro de Referência em Atendimento à Mulher, ligado à Secretaria da Mulher]. Com esse novo prédio exclusivo, poderemos assegurar um fluxo melhor no atendimento de todas as demandas e um serviço mais humanizado”.

A mudança de endereço, entretanto, foi alvo de críticas por parte de profissionais da equipe e público atendido, pois ocasionou alteração da referência dos adolescentes e familiares. Frisa-se que a transferência de local se relaciona com um processo amplo de transição política iniciado no âmbito da gestão municipal, por sua vez decorrente do processo eleitoral. O processo, que incluiu a reformulação do corpo de profissionais, afetou amplamente a organização da oferta de atendimentos socioeducativos pelo CREAS.

Tais mudanças podem ser compreendidas, como circunscritas a um período com características marcantes, delimitadoras de um mesotempo (Bronfenbrenner 1996, 2008) em que a incapacidade do poder público em promover condições adequadas de funcionamento dos programas socioeducativos de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, sob responsabilidade da instituição pesquisada, repercutem como limitações no estabelecimento de processos proximais capazes de favorecerem o desenvolvimento do adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Nardi e Dell’aglio (2013), entendem a relação estabelecida entre os adolescentes e as pessoas da instituição como importantes processos proximais a serem estimulados durante o

período de cumprimento da medida socioeducativa, dado que, a partir desses vínculos, o adolescente tem prazer em frequentar o estabelecimento onde cumpre a medida e, conseqüentemente conseguem aproveitar positivamente o tempo que permanece na instituição. Em estudo junto a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, as autoras observaram que o contato positivo e as interações recíprocas com novas pessoas permitiram aos jovens a oportunidade de desenvolver novos processos proximais, contribuindo para um desenvolvimento mais saudável.

A realidade microssistêmica do CREAS em que realizamos o nosso estudo se faz melhor caracterizada quando relacionada a discussões apresentadas nos tópicos seguintes. De imediato, faz-se importante apontar que por um período de tempo considerável, a instituição deixou numa espécie de *stand by* a realização de atendimentos aos adolescentes ingressantes em seus programas socioeducativos, fato constatável a partir da verificação que muitos iniciaram o cumprimento da medida após decorrido considerável tempo desde que haviam recebido a sentença judicial. Assim, as mudanças propostas pela gestão trouxeram impactos bastante negativos no que diz respeito à descontinuidade das ações. Cabe mencionar que o recebimento da sentença pelo adolescente se dá posteriormente a toda uma série de procedimentos que configuram o protocolo padrão de apuração do ato infracional, desde a realização de um inquérito policial, passando pelo Ministério Público e acontecimento de pelo menos duas audiências (de apresentação e de instrução e julgamento) com o juiz da infância e juventude.

O bairro para o qual o CREAS se transferiu em meados de julho de 2017 possui características de área mista (residencial e comercial), constituído basicamente por lares de famílias de classe média no miolo, contando ainda com muitas empresas instaladas no entorno, bem como faculdades e até uma unidade de atendimento socioeducativo em regime de internação, essa sob responsabilidade estadual. Embora cercado por vias de grande circulação de veículos, o local pode ser considerado de acesso restrito, tendo em vista o sistema de

transporte coletivo disponível na cidade, principalmente para moradores de áreas periféricas e rurais, que constituem maioria dos adolescentes atendidos, gerando a necessidade de que fossem reconfiguradas as organizações das pessoas atendidas pela instituição quanto à locomoção até o local, já que anteriormente por estar localizado na área central da cidade, o órgão era melhor servido de linhas diretas de ônibus.

Considera-se como inconveniente, além do tempo de percurso gasto por grande parte dos jovens, o próprio custo financeiro com deslocamento a ser realizado, levando-se em conta, sobretudo, que muitos dos adolescentes atendidos são originários de famílias de baixa renda. De acordo com relatos dos adolescentes, muitas vezes, para chegar ao local, é preciso tomar mais de um ônibus ou utilizar o serviço de moto taxi. É pertinente lembrar também que o Sinase prevê a participação de algum dos pais ou responsável no processo socioeducativos, o que implica em dispêndio financeiro extra quando exigida a presença do responsável na instituição. Observamos alguns poucos casos de adolescentes cujas famílias dispõem de meio de transporte particular e se colocam à disposição de conduzi-los nos trajetos de ida à instituição e volta para casa. Registramos deslocamentos de alguns jovens realizados também por meio bicicleta.

A estrutura física do imóvel onde atualmente funciona o serviço é bem servida de espaços para realização de atendimentos aos adolescentes, assim como para as atividades administrativas. A edificação conta com um pavimento térreo e um andar superior, onde estão disponíveis salas de atendimento individuais e salão para atividades em grupo. O espaço disponível à instituição conta com um terreno anexo apresentado por uma placa como “Horta Socioeducativa”, espaço o qual nunca chegou a ser utilizado, cuja justificativa é a falta de técnico de referência ou parceria institucional que alavanque um projeto de formação técnico profissional voltado para os jovens em cumprimento de MSE na instituição.

Detalhe importante se refere a ausência de linha telefônica à disposição da instituição por cerca de quatro meses após a implantação da unidade. Anotaram-se ainda algumas queixas

relativas à ausência de climatização capaz de amenizar a alta temperatura característica do clima na região.

Semelhante ao contexto de desenvolvimento socioeducativo em instituições de privação de liberdade em estados do Sul e Sudeste, conforme encontrado no estudo de Coscioni (2017), observou-se que o CREAS oferece um microsistema precário em recursos, que pouco estimula a atenção, exploração, manipulação e imaginação dos adolescentes atendidos no âmbito dos programas socioeducativos, de modo a tornar desfavorecido o estabelecimento de processos proximais, seja entre adolescentes e técnicos do serviço, seja entre os próprios pares. Nesse sentido, tal como destacado pelo referido autor, o Poder Executivo local é entendido como elemento exossistêmico, que dificulta o acesso a recursos no CREAS, por sua falta de investimento financeiro no local. Entende-se paralelamente que essa precariedade do investimento em políticas públicas socioeducativas está associada a aspectos macrossistêmicos, referentes uma cultura estatal negligente aos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Cotidiano Institucional

Este tema reúne informações sobre o clima organizacional, normas instituídas e ocorrências recorrentes no cotidiano dos programas socioeducativos em meio aberto do CREAS. Relaciona-se não apenas a fenômenos observados ou verbalmente expressos pelos profissionais e adolescentes, mas também a conteúdos latentes nos relatos desses atores e a análise de documentos produzidos.

Durante o período de presença em campo, registramos inúmeros fatos que revelam problemas organizacionais enfrentados pela instituição, os quais vimos refletindo em precárias condições de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Como já mencionado, o período de realização do estudo foi coincidente com o processo de

reconfigurações propostas à unidade CREAS pela nova gestão municipal da política pública de assistência social. Revelou-se como momento de várias inconstâncias na condução dos programas socioeducativos sob responsabilidade do órgão, os quais parecem ter sido assumidos como peso extra para a instituição, tendo em vista que se trata apenas de uma parte da demanda de serviços executados pela unidade.

Cabe destacar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece o Serviço de MSE em Meio Aberto como um dos seus serviços socioassistenciais. As unidades CREAS executam ainda outros serviços da dita média complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁶, quais sejam: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

No que se refere ao desenvolvimento de atividades no âmbito dos programas de atendimento socioeducativo, tanto em relação à LA quanto à PSC, o início do processo normalmente se dá com a vinda do adolescente à instituição portando a guia de encaminhamento assinada pelo juiz. A partir do primeiro contato é agendado o horário para o atendimento inicial ou o dito acolhimento; em tal momento é exigida a presença do responsável que será a figura de referência em relação ao adolescente, representando a sua família perante a instituição, em maioria absoluta dos casos tal função cabe à mãe. Trata-se na prática, sobretudo, de um momento de coleta de dados socioeconômicos e registro das informações pessoais e sobre a família dos adolescentes, que se estabelece também como início da elaboração do Plano Individual de Atendimento.

O espaço de acolhimento, contudo, mostra-se excessivamente demarcado pelas demandas de ordem burocrática. É mister pontuar que reconhecemos certas características de

⁶ De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, definida pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução Nº 109 de 11 de dezembro de 2009.

“enquadramento”, semelhantemente ao descrito por Barreto (2007) em referência ao contexto de um programa de LA no qual o autor realizou estudo. Como descrito pelo autor, dada a postura assumida pelo profissional frente ao adolescente iniciante no programa socioeducativo, esse primeiro contato pode ser confundido como “um espaço mais diretivo e limitador de posturas do que de cuidado e compreensão” (p. 18), onde estabelecem-se uma série de regras rígidas e lineares, limitantes para a vida de um jovem, tais como, a imposição da necessidade de estudar, não chegar depois das dez horas da noite em casa, não usar drogas, não andar com pessoas de “má influência” na comunidade ou pessoas mal vistas, comparecer ao Programa sempre que requisitado, dentre outras coisas.

Compreendemos assim que o estabelecimento de relação proximal entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e os profissionais no âmbito do cenário desta pesquisa se constitui atravessado pelo ímpeto normatizante e moralizante, relacionados à prevalência da proposta retributiva que se afigura frente o caráter educativo emancipatório na condução dos projetos socioeducativos de jovens em conflito com a lei.

Nesse sentido, Jimenez & Frassetto (2015) apontam que,

Não obstante, por mais que as medidas socioeducativas em meio aberto tenham a firme propositura de promover a socialização e o acesso à educação, à saúde, ao esporte, ao lazer etc., (...) elas trazem em seu histórico a ideia de punição e correção, somadas à normalização e disciplinarização dos indivíduos, evidenciando uma "contaminação" dos sistemas de proteção pelos mecanismos de punição. (...) A vigilância, de um lado, e a correção, de outro, podem se fazer presentes também para com os adolescentes que cumprem as medidas em meio aberto, é neste sentido que podemos dizer que os dispositivos disciplinares transcendem o sistema fechado ou aberto, podendo estar presentes em qualquer um deles. Estas técnicas que visam à disciplina e à submissão do corpo não são necessariamente calculadas, planejadas e executadas à força do lado de dentro dos muros das instituições, mas são mecanismos dispersos no tecido social, muitas vezes de forma sutil e subliminar. (p. 409)

É mister pontuar ainda, no que se refere à lógica e organização dos programas socioeducativos no CREAS em que realizamos a pesquisa, a existência de posturas fortemente guiadas por uma cultura institucional remontante à passagem de outras equipes pela unidade, baseada no cumprimento de ditames burocráticos estabelecidos pela legislação, sobremaneira em função das exigências de envio de documentos à Vara da Infância e Juventude, influência exossistêmica (Bronfenbrenner, 2011) que se estabelece com processo de comunicação verticalizado e pouco implicado com a situação particular do jovem em cumprimento da medida socioeducativa. Percebeu-se, por exemplo a ausência de envio ao CREAS pela Vara da Infância de documentos importantes como a própria sentença ou relatórios psicossociais produzidos durante a fase de apuração do ato infracional, os quais poderiam minimamente orientar os técnicos do serviço socioeducativo quando do recebimento da demanda.

O teor das comunicações escritas produzidas no CREAS, além de uma proposta de promoção de proteção e garantia de direitos aos adolescentes na perspectiva de intervenção social (L. Costa, Penso, Sudbrack & Jacobina, 2011), geralmente se constitui do relato de aspectos meramente formais do acompanhamento institucional ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Limitam-se, sobretudo a dados relativos ao período em que os jovens se encontram frequentando ou a informar a não efetivação da participação do adolescente, conforme não se verificou a sua presença mensal na instituição sem a devida justificativa. Tais documentos são o Plano Individual de Atendimento (PIA) e o relatório que descreve a participação do adolescente no programa socioeducativo ao qual fora encaminhado.

Percebeu-se que os programas socioeducativos têm a marca do esvaziamento de sentido, ou deturpação da proposta de responsabilização. Entre os aspectos mais marcantes observados no contexto institucional está ainda a compartimentalização de tarefas entre os profissionais, ou seja, não há propriamente uma equipe dedicada ao acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de MSE's em meio aberto, tratando-se a demanda como atribuição de um único

profissional de referência. Há que se considerar que a falta de pessoal compromete significativamente uma dinâmica de trabalho guiada pela regularidade de atividades e ao processo de responsabilização dos adolescentes, ou seja, a vertente educativa das medidas.

Destaca-se que, de acordo com dados oficiais, em janeiro de 2018, constavam como atendidos na instituição um quantitativo⁷ de 79 adolescentes em cumprimento de MSE's, distribuídos entre os programas de PSC e LA. Fato constatado ainda é que, distanciadamente das orientações técnicas previstas pelo MDS (2016), a regularidade de atendimentos aos adolescentes em cumprimento de LA proposta é mensal, não semanal.

Os adolescentes de PSC são encaminhados a instituições de acordo com critérios de proximidade do seu local de moradia, onde deverá cumprir a carga horária definida, solicitando-se ainda a entrega da ficha de frequência mensal; aos de LA é exigida a frequência mensal para atendimento, com o registro de comparecimento se dando pela assinatura. Em ambos os casos, é cobrada a matrícula em instituição escolar aos que se encontram ausentes da escola, a ser providenciada pelo responsável.

A proposta de efetivação dos programas socioeducativos na instituição privilegia os atendimentos individualizados, que geralmente se iniciam com um acolhimento dos adolescentes, a partir de onde se realiza a coleta de informações pessoais e sobre a família. A proposta de participação no programa de LA da instituição se resume basicamente na exigência de uma presença mensal do adolescente para uma entrevista com o profissional. É comum escutar que o adolescente tem que comparecer para registrar a presença assinando um caderno disponibilizado na recepção antes de ir embora.

Ao término do atendimento o jovem é informado do dia do atendimento no mês seguinte. Registramos muitas ausências de adolescentes nos dias e horários em que eram esperados na

⁷ Dado divulgado pela Gerência Geral do Sistema Socioeducativo do estado de Pernambuco durante formação sobre as Orientações Técnicas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada no município no dia 17 de abril de 2018.

instituição, o que coloca em questão a apreensão do compromisso pelo adolescente e, sobretudo, a qualidade do seu vínculo com a técnica responsável.

Foi notável durante o período de realização do estudo a subutilização do espaço de atividades de grupos – registramos quatro momentos de atividades coletivas, entre os quais participamos de três, sendo uma primeira reunião com adolescentes e pais, um grupo de pais e uma terceira atividade voltada para os adolescentes.

Os intervalos entre tais atividades sugerem a inexistência de um planejamento quanto à regularidade de ações coletivas. Há que se pontuar ainda a impressão de que pareciam ter sido convocadas como tentativa de apresentar uma realidade forjada para registro nesta pesquisa de que os adolescentes e familiares atendidos pelos programas de Liberdade Assistida e PSC na instituição participavam de atividades do chamado serviço de convivência comunitária previsto nas orientações técnicas dos programas socioeducativos em meio aberto (MDS, 2016).

Há que destacar que características de processos proximais são pouco claros, uma vez que falta regularidade de participação dos jovens em atividades do CREAS. Outro destaque relevante é quanto à incompleta formação de mesossistemas. Assim como referido em estudo de Araújo (2017), não se percebe a efetiva articulação com outras instituições para as ações previstas no meio aberto: acompanhamento, matrícula escolar, inserção profissional, reaproximação de vínculos familiares, construção de projetos de vida.

Os Profissionais

Este tema aborda informações quanto aos processos estabelecidos entre pesquisador e profissionais do CREAS, bem como elementos que caracterizam os processos e condições de trabalho e o clima interpessoal entre funcionários e adolescentes e funcionários. Relaciona-se a elementos observados e verbalmente expressos pelos técnicos da instituição e adolescentes.

A entrada em campo nos trouxe de imediato a impressão do que parecia ser uma demanda por um agente externo capaz de colocar um mínimo de ordem diante do que nos pareceu um sentimento de caos vivenciado pelos profissionais do CREAS tendo em vista o contexto institucional, expondo-se uma realidade de dificuldades de estruturação dos programas socioeducativos previstos. Evidenciou-se uma abertura dos profissionais à presença do pesquisador, um tanto pela condição de atuante no contexto do judiciário, fazendo-se entender como, de certo modo, inaceitável a recusa uma representação do poder judiciário.

No tocante ao clima organizacional registrou-se a composição precária de equipe, sem completude, com evidente desvalorização profissional, ausência de formação e perspectiva de continuidade; os atendimentos aos adolescentes eram de responsabilidade do Assistente Social que compunha a equipe desde a outra gestão, tendo sido proposto inicialmente a incorporação de uma das psicólogas à disposição da instituição, com descontinuidade.

A rotatividade de técnicos foi percebida como aspecto que denuncia o cenário caótico da instituição – conforme registramos, do início da pesquisa ao término foram substituídos um assistente social, duas psicólogas e também um advogado. Os atendimentos aos adolescentes se davam sob responsabilidade exclusiva do Assistente Social que compunha a equipe desde a outra gestão, tendo sido proposto inicialmente a incorporação de uma das psicólogas; destaca-se ainda que duas educadoras sociais que compunham a equipe do CREAS à época da nossa entrada em campo foram desligadas, mas não houve recontração posterior. Registramos ainda a inserção em dada altura de duas estagiárias de serviço social como atreladas aos desenvolvimento dos programas socioeducativos.

Logo de cara, dei-me conta que a gestão de ações propostas no âmbito dos programas socioeducativos tanto de LA quanto PSC se centrava na figura de um único profissional, sendo esse o assistente social que era remanescente da configuração de equipe anterior, há alguns anos tido como profissional de referência da área socioeducativa. Contudo, esse foi desligado pouco mais de um mês após a reinauguração do centro no novo endereço. Subsecutivamente ao desligamento do referido

profissional, a gestão dos programas socioeducativos fora atribuída a uma das assistentes sociais recém inserida ao serviço. (trecho do diário de campo)

Destaca-se a ausência de experiência da profissional na função, não obstante o seu tempo de exercício da profissão. É importante mencionar que o recrutamento de maior parte do quadro de profissionais integrantes da equipe do CREAS atuante na reabertura do órgão se deu via processo seletivo recente, sendo notável a ausência de uma etapa de treinamento dos profissionais contratados.

É também pertinente destacar que não só a escassez de recursos humanos, mas a própria ausência de uma preocupação com a subjetividade dos adolescentes em cumprimento das MSE's na instituição como característica do microsistema. Indica-se que a atuação do psicólogo junto ao campo das medidas socioeducativas tem uma importância singular, tendo a presença desse profissional, segundo Costa (2005), potencial estruturador da proposta socioeducativa, na medida em que é capaz de “ampliar a escuta e conceder voz aos adolescentes, abdicando da função de elaboração de laudos que insistem em falar sobre os adolescentes e não a partir deles ou com eles” (p. 91).

Importante reflexão que dá uma dimensão do impacto de fatores exossistêmicos sobre a constituição de um campo socioeducativo deficitário é dado por Cella e Camargo (2009) ao ponderarem que a própria exclusão social, amplamente aludida causa das condutas infracionais desses adolescente, também atingem os profissionais que trabalham na execução das MSE's. A ausência de investimentos na política pública gera a vivência de sentimentos de marginalização e abandono pelos profissionais; tais condições emocionais trazem implicações no processos de responsabilização do adolescente em cumprimento de MSE.

Os Adolescentes

Este tema diz respeito a compreensões sobre os processos estabelecidos entre pesquisador e adolescentes, descrevendo o andamento das atividades no âmbito da instituição. Relaciona-se a elementos observados bem como em conteúdo verbalmente expresso pelos adolescentes com os quais tivemos contato no campo.

Característica marcante do dia a dia de acompanhamento de atividades nos programas socioeducativo do CREAS foi a incerteza de presença de adolescentes na instituição, conforme estabelecido pela agenda de atendimentos da assistente social que concentrava as atividades. Isso dá o tom de dificuldades que tivemos para estabelecer uma relação contínua com os adolescentes, apesar do período que estivemos presentes.

Percebemos significativa quantidade de casos de adolescentes que deixavam de se apresentar à instituição em outras ocasiões, após apresentação inicial. As ocasiões de presença desses na instituição também não se mostraram satisfatoriamente favoráveis ao estabelecimento de contato, evidenciando-se uma indisponibilidade dos socioeducandos de relacionarem as suas presenças no espaço do CREAS como algo para além da obrigação de assinar o livro de registro do comparecimento na data estipulada.

Tivemos dificuldades até mesmo de recrutar o grupo que entrevistáramos para um segundo estudo, dado o critério que fora utilizado para a seleção ser baseado em o adolescente se encontrar a pelo menos um mês de iniciada a sua participação ou um mês para terminar o prazo de cumprimento da MSE. Chegamos inicialmente a adotar a estratégia de marcar datas de entrevistas na instituição com três adolescentes, nos deparando com as ausências. Posteriormente fora adotada a estratégia de realizar contatos na instituição e posteriormente proceder as entrevistas, que também aconteciam com pais, nos próprios domicílios.

Numa compreensão baseada na TBDH o CREAS deveria se estabelecer como um potente contexto de desenvolvimento e o cumprimento da medida como processo transição

ecológica, pressupondo-se uma expectativa de apreensão de símbolos e de aquisição de novos papéis e recursos por parte dos adolescentes.

Identificamos, assim, que apesar de em uma dimensão de compreensão estabelecida em regulamento como é o Sinase, no que diz respeito à condução do processo de cumprimento de medida socioeducativa e os efeitos que deveria ter para o adolescente, o padrão de interação dos adolescentes da pesquisa com o ambiente socioeducativo, tem como principal objeto o livro de ponto, cuja assinatura simboliza o cumprimento da medida. Percebeu-se, sobretudo a falta de uma compreensão mais ampliada dos objetos e símbolos que estão presentes no processo socioeducativo, tais quais, o desenvolvimento de PIA's, e relatórios com maior nível de participação dos interessados (adolescentes e família), a maior frequência de atividades, tornando o processo de participação dos adolescentes nos programas muito além do registro do comparecimento com a assinatura no caderno na recepção do CREAS no caso da LA, ou no órgão em que o adolescente presta serviço no caso da PCS. Assim, objetos que seriam importantes na mediação de um processo de desenvolvimento baseado na inter-relação, como é o caso do PIA, ficam relegados a um segundo plano, e soam como estranho para os adolescentes.

Questionamo-nos, portanto, o quanto esse contexto marcado pelo esvaziamento de sentido destaca a falta de reconhecimento da possibilidade de ganho subjetivo pelos adolescentes como efeito da participação nos programas socioeducativo.

A possibilidade efetiva de propostas favorecedoras de impactos positivos na vida de adolescentes em condições de vulnerabilidade tem ganhado destaque em trabalhos recentes inspirados na abordagem bioecológica. Souza et al. (2011) destacaram a construção de uma proposta de trabalho com adolescentes que se desdobrou na criação de um contexto de desenvolvimento, por meio do qual a aquisição de diferentes recursos pessoais dos participantes

se mostrou possível a partir de grupos de mediação sobre noções de direitos e apresentação de possibilidades de elaboração de projetos de vida.

Considerações finais

A exploração da literatura científica nos permite afirmar que, ao tratar da temática do atendimento socioeducativo, nos deparamos com um campo complexo, de importância ímpar em termos de relevância social, mas que, não obstante, ainda carece de maior interesse. Fazendo a distinção entre as pesquisas que abordam o meio aberto e o meio fechado, constatamos que os estudos, até o momento, têm privilegiado o meio fechado, embora reconheça uma importância fundamental do meio aberto.

Assim, neste trabalho damos enfoque às medidas em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida. Tanto a LA como a PSC são MSE's aplicáveis aos adolescentes autores de atos infracionais, cumprida em meio aberto, isto é, sem que o jovem tenha privação de sua liberdade. Configurando-se em medidas judicialmente impostas e de cumprimento obrigatório, visando a promoção de ações de caráter educativo de modo que o adolescente não rescinda na realização do ato infracional (Brito, 2007; Martins, 2000).

Dentro da ótica de proteção integral e do objetivo que se pretende alcançar, as medidas socioeducativas em meio aberto se apresentam como as que mais chance tem de obter êxito em sua proposta. Essa medida prevê acompanhamento, orientação e auxílio aos adolescentes e suas famílias, a inserção no sistema educacional e o acesso ao mundo do trabalho com apoio técnico especializado, tendo em vista a promoção social e o reforço dos vínculos com a família e a comunidade.

Enquanto instituição especializada em intervenções em situações de vulnerabilidade e risco social, o CREAS se apresenta como promotora do desenvolvimento dos sujeitos a partir do resgate da autoestima, da identificação e fortalecimento de potencialidades e capacidades, e da participação e inserção social (Brasil, 2008). Compreende-se que o CREAS, a partir das ações de LA e PSC e por meio da equipe multiprofissional, tem o papel de desenvolver acolhimento aos adolescentes, que em diversas ocasiões estão à mercê de processos de exclusão social, buscando também promover recursos junto à família, à escola e à sociedade.

Realizamos a presente discussão focando mais especificamente aspectos das dimensões contexto e tempo, a partir da qual tiramos conclusões sobre a dimensão processual, analisando então as possibilidades de efetivo estabelecimento de relações proximais entre os adolescentes, familiares e instituição. Percebeu-se que os programas socioeducativos em questão têm a marca do esvaziamento de sentido, ou, dito de outro modo, da deturpação de uma proposta capaz de promover responsabilização como resposta dos adolescentes.

Parece-nos coerente apontar assim que, no contexto analisado, a constituição de processos proximais entre os sujeitos alvo dos programas socioeducativos é precária, afetando diretamente as possibilidades de construção de projetos de vida desvinculados da prática infracional. Registra-se que além da falta de atividades que estimulem o engajamento, há a escassez de oferta de escuta efetiva dos adolescentes.

A partir de uma reflexão sobre o proposto por Bronfenbrenner (1996; 2011) é possível destacar que quanto maiores as possibilidades de relações estabelecidas e a inserção em diferentes microssistemas, maiores as possibilidades de obtenção de recursos aos adolescentes autores de atos infracionais, os quais, por sua vez, podem ser compreendidos como marcas do desenvolvimento, bem como fatores atuantes sobre o modo como o adolescente irá se relacionar com os seus contextos imediatos.

Assim, ressalta-se o papel fundamental que os programas socioeducativos possuem e repercutem na vida dos adolescentes. Em uma lógica de compreensão de possibilidades de mudança no âmbito de valores de uma cultura baseada numa visão bioecológica, depende do empenho de estruturação dos programas por parte do poder público, tanto os adolescentes beneficiários diretos, quanto a sociedade, que precisa acreditar e perceber que a efetividade de propostas socioeducativas de qualidade.

REFERÊNCIAS

- Araújo, A. C. (2017). *Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em Natal-RN*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Assis, S. G. & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e saúde coletiva*, 10(1), 81-90.
- Barros, J. P. P., Benício, L. F. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S. & Torres, F. J. P. (2017). Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia. *Psicologia: Ciência e Profissão* Out/Dez. 2017 v. 37 n°4, 1051-1065.
- Barreto, A. F. (2007). *Gênero, corpo, emoções e medidas socioeducativas: uma aproximação da violência urbana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Barreto, A. F., Medrado, B. & Quadros, M. T. (2013). Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 342-352.
- Bisinoto, C., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim G. G., Stemler, L. A. S. (2015). Socioeducação: Origem e significado. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015)
- Brasil. (1990). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 1990.
- _____. (2012). Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jan. 2012.
- Brito, L. M. T. (2007). Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 133-138.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2011). *Perspectiva bioecológica do desenvolvimento: tornando seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon, & R. M. Lerner (Orgs.), *Handbook of child psychology. Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5a ed., pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Capitão, L. D. & Gurski, R. (2009). Incentivo às medidas socioeducativas de meio aberto no Rio Grande do Sul: Uma experiência intersetorial. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 102-122.
- Castro, A. M. F. M. & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa da literatura. In: *Temas em Psicologia*, 22(1), 01-12.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogos em Medidas socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília: CFP.

- Conselho Nacional de Justiça. (2016). Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores [on line]. Matéria jornalística publicada em página da Web na data de 25/11/2016. URL: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034- trafico-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>. Consultada em 04/03/2018.
- Coscioni, V., Costa, L. L. A., Rosa, E. M. & Koller, S. K. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psico (Porto Alegre)*, 48(3), 231-242.
- Coscioni, V. (2017). *Projetos de vida e relações interpessoais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.
- Costa, C. R. B. S. F. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ*, (2).
- Costa, C. R. B. S. F. & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O. & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em Conflito Com a Lei: O Relatório Psicossocial como Ferramenta para Promoção do Desenvolvimento. In: *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387.
- Dalla Porta, D., Sehn, A., & Siqueira, A. (2016). Aplicação de Medida Socioeducativa de Semiliberdade para Adolescentes nos Contextos do Brasil e de Portugal. *Interação em Psicologia*, 19(2).
- Espíndula, D. H. P. & Santos, M. F. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 357-367.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 51-59.
- Gonçalves, H. S., & Garcia, J. (2007). Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(3), 538-553.
- Finkler, L., Dell'Áglio, D. D. & Yunes, M. A. M. (2017). O caso Ação Rua: intervenções com crianças, adolescentes e suas famílias. *Psicologia em Pesquisa | UFJF*, 11(2), 22-32.
- Jacobina, O. M. P., & Costa, L. F. (2007). “Para não ser bandido”: Trabalho e adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(2), 95-110.
- Jimenez, L. & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 404-414.
- Morais, A. C. & Malftano, A. P. S. (2014). Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. In: *Psicologia & Sociedade*; 26(3), 613-621.
- Nardi, F. L. & Dell'Áglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a Lei: Percepções sobre família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 181-191.
- Nardi, F. L. & Dell'Áglio, D. D. (2013). Reflexões acerca do ato infracional e da medida socioeducativa: Estudos de caso. In: *Revista Interamericana de Psicología*, 47(1), 33-42.

- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016). Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, MDS.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Prati, L. E., Haack, K. R. & Cielo, R. M. (2014). Promovendo saúde: encontros de bate-papo com adolescentes: In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 210-223, Porto Alegre: Artmed.
- Sehn, A. S., Dalla Porta, D. & Siqueira, A. C. (2015). “Tocar a vida para frente”: possibilidades de planos para o futuro de adolescentes que cometeram ato infracional. *Adolesc. Saúde*, 12(1), 28-34.
- Sousa, L. E. E. M. & Almeida, R. O. (2011). Sob o signo do medo: o significado da Liberdade Assistida na vida de adolescentes em conflito com a lei. *Ver. Plural*, 18(2): 27-51.
- Souza, A. P. L., Dutra-Thomé, L., Dei Schiró, E. D. B., Morais, C. A., & Koller, S. H. (2011). Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(49), 273-278.
- Zamora, M. H. (2008). Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia. *Revista Eletrônica Polêmica*, 7(2), 7-20.
- Zappe, J. G. & Dell’Aglío, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento. *Psico (Porto Alegre)*, 47(2), 99-110.

ARTIGO 2**NARRATIVAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E FAMILIARES: CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO DE SUAS RELAÇÕES**Diego Dias Barrense⁸Marcelo Silva de Souza Ribeiro⁹**RESUMO**

Neste trabalho busca-se descrever aspectos ecológicos de trajetórias pessoais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, focando o cometimento do ato infracional como evento de influência preponderante sobre o microsistema familiar. Utilizou-se o aporte teórico da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1996; 2008). O método utilizado tem inspiração na perspectiva denominada Inserção Ecológica, para tanto foram realizadas entrevistas narrativas com dois adolescentes e familiares desses autores de ato infracional. A apresentação dos resultados se desdobra na elaboração de enredos constituídos na interlocução entre as narrativas dos participantes de cada microsistema familiar pesquisado, das quais emanou uma elaboração que se apresenta com os casos descritos. Tecem-se, a partir de tais, algumas compreensões sobre a construção de sentidos compartilhados e constituintes dos contextos ecológicos dos sujeitos, sobretudo a respeito de como a família vivencia transições ecológicas ao lidar com o evento histórico representado pelo ato infracional do adolescente. Endossa-se a impressão de que o desenvolvimento de programas que ofereçam maior apoio a essas famílias pode ser articulado à maior compreensão dos contextos ecológicos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a Lei; Família; medida socioeducativa.

ABSTRACT

This paper seeks to describe ecological aspects of personal trajectories of adolescents in compliance with socio-educational measures in an open environment, focusing on the committing of the infraction act as an event of preponderant influence on the family microsystem. The theoretical contribution of the Bioecological Approach to Human Development (Bronfenbrenner, 1996; 2008) was used. The study was designed from the

⁸ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Psicólogo integrante da equipe interdisciplinar da Vara Regional da Infância e Juventude de Petrolina.

⁹ docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e orientador da pesquisa.

perspective of ecological insertion (Ceconello & Koller, 2003), for that, narrative interviews were conducted with two adolescents and relatives of these authors of an infraction. The presentation of the results unfolds in the elaboration of plots constituted in the interlocution between the narratives of the participants of each studied family microsystem, from which emanated an elaboration that presents with the cases described. From these, some understandings about the construction of shared meanings and constituents of the subjects' ecological contexts are made, especially regarding how the family experiences ecological transitions in dealing with the historical event represented by the juvenile infraction. It is endorsed the impression that the development of programs that offer greater support to these families can be articulated to the greater understanding of the ecological contexts of development.

Key-words: Adolescent in conflict with the law; Family, Socio-educational service

RESUMEN

En este trabajo se busca describir aspectos ecológicos de trayectorias personales de adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas en medio abierto, enfocando la comisión del acto infractor como evento de influencia preponderante sobre el microsistema familiar. Se utilizó el aporte teórico del Enfoque Bioecológico del Desarrollo Humano. El estudio fue delineado bajo la perspectiva de la inserción ecológica (Ceconello & Koller, 2003), para eso se realizaron entrevistas narrativas con dos adolescentes y familiares de esos autores de acto infractor. La presentación de los resultados se desdobra en la elaboración de enredos constituidos en la interlocución entre las narrativas de los participantes de cada microsistema familiar investigado, de las cuales emanó una elaboración que se presenta con los casos descritos. Se toman, a partir de tales, algunas comprensiones sobre la construcción de sentidos compartidos y constituyentes de los contextos ecológicos de los sujetos, sobre todo en cuanto a cómo la familia vive transiciones ecológicas al lidiar con el evento histórico representado por el acto infraccional del adolescente. Se endosa la impresión de que el desarrollo de programas que ofrezcan mayor apoyo a esas familias puede ser articulado a la mayor comprensión de los contextos ecológicos de desarrollo.

Palabras clave: Adolescente en conflicto con la ley; Familia; Atención socioeducativa

*Eu sou o caso deles
Sou eu que esquento a vida deles
No fundo, no fundo
Coloco os velhos no mundo
Boto na realidade
Mostro a eternidade
Senão eles pensavam
Que tudo era "divino maravilhoso"
(Galvão, M. Moreira - Novos baianos)*

Introdução

A adolescência é tida como uma importante fase do desenvolvimento humano, destacando-se as várias transformações biopsicossociais que marcam o referido período de vida das pessoas. Entre os aspectos mais importantes a serem destacados dessa fase do ciclo vital, faz-se destaque à expansão das relações e descobertas que repercutem sobre a construção de identidade da pessoa em desenvolvimento (Rodríguez & Damásio, 2014).

O processo evolutivo que delimita o referido período vital é caracterizado, entre outros marcos, pela expansão das relações dos adolescentes em direção aos pares, a busca por autonomia em relação aos pais, incremento da capacidade de raciocínio lógico, do pensamento idealista e egocêntrico, despertar da sexualidade, além das mudanças no corpo em função da puberdade (Morais, Lima & Fernandes, 2014).

A partir de uma compreensão sistêmica e contextualista registra-se a noção de que a emergência de tal fase do ciclo vital é acompanhada de mudanças no âmbito do contexto familiar, assim, demarcando também modificações nos modos de relacionamento dos adolescentes com os seus pais, que por seu turno são reconfigurados pelas circunstâncias relacionadas à direção da socialização do adolescente para além do núcleo familiar, ou seja, as características do processo de evolução biopsicossocial experimentada pelos sujeitos.

No que se refere à repercussão da emergência da adolescência em algum membro para o núcleo familiar, Moraes, Lima e Fernandes (2014) afirmam que as relações entre pais e filhos são influenciadas pela maturação de adolescentes, mas também pela maturação dos pais. Nesse sentido, entende-se que certos conflitos entre adolescentes e pais estão associados também com alguns problemas da adolescência.

No que tange aos problemas comportamentais entre adolescentes, há uma série de comportamentos de risco apontados como assunto de preponderante preocupação social, entre os quais, o uso abusivo de drogas, os comportamentos sexuais de risco (relação sexual desprotegida, que pode acarretar em gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis), além do comportamento violento, que pode se desdobrar em condutas delitivas, denominadas, de acordo com a legislação brasileira, por ato infracional (Brasil, 1990).

Muito comumente é atribuída à família a responsabilidade ou influência crucial sobre os diversos modos de cometimento de delitos pelos adolescentes. Assim, as famílias dos adolescentes infratores são amplamente referidas pela literatura como *famílias de risco* ou sob a criticada designação de “desestruturadas” (Dias, Arpini & Simon, 2011), indicando-se a prevalência de práticas parentais negativas e estratégias destrutivas para a resolução de conflitos.

Em levantamento de pesquisas realizadas no Brasil tratando sobre a família de jovens autores de atos infracionais, Predebon e Giongo (2015) assinalaram que, no que se refere à temática relações familiares, alguns dos resultados mais significativos dos estudos analisados indicam que os adolescentes têm dificuldades de expressarem sentimentos, bem como de solicitarem apoio aos familiares ante as vivências que lhes acarretam conflitos emocionais os mais diversos.

Entre os resultados de alguns estudos sobre as temáticas família e ato infracional, destacam-se nas famílias as formas de relações tidas como inadequadas, violentas e com problemas de comunicação devido a formas destrutivas de resolução de conflitos (Castro, &

Teodoro, 2014). Nesse viés de pesquisa, o padrão de relações estabelecidas dentro da família é associado ao comportamento violento apresentado por alguns adolescentes autores de ato infracional tais como: problemas na disciplina, nos cuidados, na monitoria e na supervisão dos filhos (Nardi & Dell’Aglia, 2012).

Além disso, discute-se a preponderância de arranjos familiares dos quais grande parte dos adolescentes autores de atos infracionais são provenientes, cuja referência é centrada na figura da mãe e dos irmãos, sendo marcante o distanciamento e até mesmo a ausência de figura paterna e a consequente sobrecarga sobre a primeira (Predebon & Giongo, 2015).

Faz-se ainda alusão a permissividade materna ao comportamento transgressor dos filhos e à perda de autoridade diante deles. Entre as formas de compreensão dos efeitos da ausência paterna, vislumbra-se que a inexistência de uma função simbólica atuante como pai está relacionada a incapacidade de vivência de um sistema de limites e proibições característicos das culturas (Cenci, Teixeira & Oliveira, 2014).

Em outra vertente ilustrativa das experiências de vida de adolescentes em conflito com a lei, os achados demarcam que há uma ampla maioria desses adolescentes entre aqueles que experimentaram durante a vida algum tipo de violência no ambiente familiar, sendo a mais comum a forma classificada como violência física, onde a figura do pai é apontada como a principal responsável pelas agressões (Predebon & Giongo, 2015).

O ato infracional vivenciado pela família - Interlocução com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH)

Conforme a literatura, diversos aspectos tornam os adolescentes vulneráveis à criminalidade e à prática de atos infracionais, tanto socioeconômicos como culturais e psicossociais.

Nardi (2010) defende o aporte teórico da TBDH para trabalhar a temática, tendo em vista que o processo de formação do adolescente depende de diversas variáveis biológicas, psicológicas e sociais que constituem o contexto de vida desses indivíduos. Conforme aludido, a TBDH prevê a integração de aspectos do indivíduo e do ambiente para compreender o desenvolvimento em diversas situações (Bronfenbrenner, 1996/2008), contrariando as simples relações de causa-efeito entre adversidades e comportamentos antissociais. Tal perspectiva acredita que fatores como gênero, competência cognitiva, temperamento, família, idade, entorno social e cultura, combinam-se de uma forma complexa, influenciando o comportamento do adolescente (Garbarino, 2009 citado por Nardi, 2010).

Na TBDH, consideram-se quatro componentes inter-relacionados integrantes do desenvolvimento humano, a saber: a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo, sistematizados no Modelo Bioecológico (PPCT). Esses elementos interagem entre si, afetando o curso desenvolvimental. A partir desse modelo, os adolescentes são compreendidos como sujeitos em desenvolvimento, com seus atributos biopsicossociais (pessoa), que estabelecem relações proximais com outros sujeitos (processo) do seu contexto de desenvolvimento, exercendo influências e sendo influenciados pelos contextos (contexto) nos quais se inserem (Bronfenbrenner, 1996, 2011).

Com isso, faz-se necessário pontuar sinteticamente os elementos que corporificam esta teoria, de acordo com Bronfenbrenner (1996; 2011), o microsistema se refere às interações que são estabelecidas face a face e fazem parte do ambiente imediato da pessoa em desenvolvimento, enquanto o mesossistema refere-se à inter-relação entre dois ou mais ambientes, nos quais a pessoa participa ativamente. O exossistema é caracterizado por um ou mais ambientes os quais não envolvem a pessoa como um participante ativo. Por fim, o macrosistema representa os padrões globais de ideologia e organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura.

De acordo ainda com a perspectiva da TBDH, o contexto do desenvolvimento da pessoa é analisado pela interação de níveis ambientais, a exemplificar como: microssistema (a família ou a escola, ou ainda a instituição em que o adolescente infrator cumpre a sua MSE, por exemplo, o CREAS no caso de adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio aberto), mesossistema (interação da família com a escola – ou instituição), exossistema (o trabalho dos pais, o Juízo da Infância e da Juventude, o órgão gestor da política pública de assistência social municipal, em relação a adolescentes cumprindo MSE em meio aberto) e o macrosistema (valores da cultura, o ECA, outras leis que regulamentam e orientam a Assistência Social e o Sistema Socioeducativo).

Além disso, as relações dos adolescentes são influenciadas pelo tempo. As mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo da vida podem ser analisadas em três níveis distintos: microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo se refere aos episódios observados nas trocas instantâneas, enquanto o mesotempo contempla os processos ocorridos em intervalos maiores de tempo. Já o macrotempo diz respeito às expectativas e eventos que ocorrem na sociedade. A concepção de adolescência, então, pode ser compreendida no âmbito do *macrotempo*, ou seja, pelos valores que são perpetuados ao longo das gerações (Borges, 2014, pp. 144-163).

A partir da abordagem teórica em destaque, compreendemos que a conduta delitiva do adolescente é influenciada por fatores de diversos níveis que interagem, abrangendo desde as influências do microssistema – como hostilidade entre pais e filho, práticas insatisfatórias dos pais e colegas com desvios de conduta – até as influências do macrosistema – como a cultura da comunidade e o apoio social (Nardi, 2010).

Destaca-se que a família pode ser entendida como contexto que afeta significativamente o desenvolvimento dos adolescentes, tanto de maneira positiva quanto negativa, inclusive os modos de ser infrator. Complementarmente, enfatiza-se que as situações de risco e problemas

relacionados com a adolescência podem ser estudados sob uma abordagem que busca a compreensão de fatores de risco e de proteção.

Com relação ao reconhecimento da implicação familiar diante do problema e dos sofrimentos associados ao cometimento de ato infracional na adolescência, o estudo de Arpini, Dias e Simon (2011) destaca a importância de projetos de apoio à família e ao jovem, evidenciando que mais do que a procura de culpados é preciso buscar uma atuação da sociedade com viés protetivo, não apenas dos adolescentes, mas das próprias famílias.

Parte-se da compreensão de que o desenvolvimento é resultado e processo que se dá na teia de relações que o adolescente estabelece com seus ambientes proximais. Assim, a família é, não só influente no desenvolvimento dos ‘modos de ser infrator’, como vivencia juntamente com o adolescente a resposta social e do Estado (medida socioeducativa) ao ato infracional cometido pelo adolescente integrante do microsistema. Nesse sentido, deve ser acolhida a fim de favorecer a efetividade do processo socioeducativo.

A partir do exposto, o objetivo geral deste estudo foi relatar aspectos das trajetórias pessoais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, focando o cometimento do ato infracional como evento de influência preponderante sobre o microsistema familiar. A análise será feita a partir da compreensão de como tais atores subjetivam a repercussão do tratamento sociojurídico¹⁰, o qual recebem ao ato infracional (inclui a necessidade de se relacionarem com o judiciário via apuração do ato infracional do adolescente e o atendimento pela instituição que executa o programa de medida socioeducativa/meio aberto, CREAS) em termos de impacto nas suas relações familiares.

¹⁰ É importante destacar a compreensão de que tratar a respeito do ato infracional, traz subjacente o percurso por todo o aparato institucional que integra o sistema socioeducativo, considerando desde as polícias, passando pelo poder judiciário, na fase de julgamento, bem como pela unidade executora do programa socioeducativo em meio aberto, outras unidades do sistema socioeducativo, além do CREAS, que opera especificamente os programas socioeducativos em meio aberto.

Método

Este estudo constitui-se como parte complementar de uma dissertação de mestrado sobre as trajetórias relacionais no âmbito familiar e experiências de adolescentes em conflito com a lei junto a dois distintos programas de medidas socioeducativas em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) localizado em um município no sertão de Pernambuco; tais programas são o de Liberdade Assistida (LA) e o de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

A construção deste artigo focou em específico a análise dos aspectos contextuais das relações familiares de três adolescentes em cumprimento de MSE's, tendo sob perspectiva às suas trajetórias infracionais e as compreensões produzidas pelos sujeitos em torno do tratamento sociojurídico que recebem ao ato infracional (inclui a necessidade de se relacionarem com órgãos institucionais como polícia, Ministério Público, Defensoria Pública e próprio poder judiciário, tendo em vista a apuração do ato infracional do adolescente e o atendimento pela instituição que executa o programa de medida socioeducativa).

Ressalta-se que a abordagem técnica adotada na pesquisa foi de caráter qualitativo, cuja característica primordial se evidencia pela intenção do aprofundamento no mundo dos significados das ações e das relações humanas, desse modo, preocupamo-nos com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 2004).

É importante ainda mencionar que o delineamento da proposta investigativa foi inspirado na perspectiva denominada de inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2013). A inserção ecológica foi desenvolvida enquanto método embasado pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) elaborada por Bronfenbrenner (1996/2008). Consiste na inserção em campo com a perspectiva de estabelecer processos proximais com os participantes. Foi realizado um estudo exploratório utilizando o delineamento de estudo de casos múltiplos, privilegiando o contato dentro do contexto da vida real dos sujeitos de pesquisa.

Participantes

Participaram do estudo dois adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, com idades entre 17 e 18 anos, bem como respectivos pais e/ou mães¹¹ ou integrante do núcleo familiar – em um dos casos foram entrevistados ambos os genitores do adolescente, em um segundo houve a participação de um irmão¹². Entre os adolescentes, um estava cumprindo a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e o outro a medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A medida de LA constitui-se no acompanhamento do adolescente por uma pessoa capacitada com o objetivo de promover socialmente o jovem e sua família. A medida de PSC se refere a tarefas gratuitas realizadas pelo jovem por um período de, no máximo, seis meses. Tais tarefas devem ser atribuídas ao adolescente conforme suas aptidões podendo ser realizadas em instituições públicas como escolas, hospitais e outros estabelecimentos (ECA, 1990).

Foi estabelecido um critério de seleção da amostra baseado no tempo de acompanhamento dos adolescentes pelos programas socioeducativos. Os jovens deveriam estar cumprindo a medida há pelo menos quatro semanas – critério adotado tendo em vista que seriam feitas perguntas durante a coleta de dados, relacionadas à medida socioeducativa e para que se pudesse ter um melhor conhecimento e adaptação do jovem ao contexto da medida – e no máximo até os quatro meses, assegurando-se que não estivessem com a possibilidade de desligamento para acontecer em momento anterior à finalização da pesquisa.

Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (protocolo nº 69038517.7.0000.5196,) e atende aos procedimentos éticos

¹¹ Considerando a função simbólica exercida junto ao adolescente, cuja definição não se limita meramente ao vínculo biológico. Em um dos casos, a mãe participante possui parentesco biológico de avó paterna com o adolescente, enquanto que o genitor ocupa um lugar de irmão, dada conformação da relação.

¹² Trata-se do pai biológico referido na nota anterior, cuja relação que estabelece com o adolescente tem característica fraternal.

preconizados pelas Resoluções 196/96 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os adolescentes foram convidados a participar da pesquisa, sendo explicados os objetivos e o caráter sigiloso e voluntário do estudo. Foi solicitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os pais ou responsáveis assim como o assentimento dos adolescentes. Para garantia do anonimato foram adotados pseudônimos para nos referirmos aos participantes.

Instrumentos

Para a realização deste estudo foram propostos aos colaboradores a participação do pesquisador em atividades desenvolvidas na instituição em que eram acompanhados na qualidade de participantes dos programas socioeducativos (adolescentes) ou responsáveis (pais), onde pudessem ser observados e pudessem interagir espontaneamente; num momento posterior os adolescentes e responsáveis participaram de uma entrevista narrativa, cuja realização se dá sem utilização de roteiro pré-estruturado, contudo a partir de um estímulo,

visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. (Muylaert, Sarubbi Jr., Gallo, Rolim Neto & Reis, 2014, p. 194).

Destaca-se que as entrevistas foram realizadas nas residências das famílias ou em espaço comunitário próximo domicílio, após contato inicial na instituição responsável pelo atendimento socioeducativo e agendamento prévio. Em dois dos casos ocorreram na mesma data para adolescentes e pais e num terceiro caso ocorreram em datas distintas. Enfatiza-se que a proposta de realização das entrevistas nas residências ou espaço próximo se fez no intuito de que os participantes fossem abordados em seus contextos reais, além do contato mínimo anterior no âmbito a instituição.

Os momentos de interação com os participantes extra entrevista gravada foram registrados em diário de campo, tendo em vista a reunião de impressões do pesquisador que

pudessem complementar as análises das narrativas. A análise documental também foi utilizada para investigar os dados socioeconômicos sobre adolescentes e família, bem como sobre aspectos do histórico infracional e do atendimento socioeducativo, de modo a proporcionar uma construção contextualizada da apresentação da história dos jovens, de acordo com o objetivo da pesquisa.

Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados é composta pela contação de casos, os quais foram elaborados a partir da interlocução entre as narrativas dos participantes de cada núcleo familiar pesquisado em torno de temas como envolvimento do adolescente na prática infracional, passagem pelo sistema socioeducativo e repercussão no âmbito das relações familiares. A partir das entrevistas transcritas e analisadas sob o referencial da análise de narrativas emanou uma elaboração do pesquisador explorando aspectos das trajetórias familiares, naquilo que mais se aproximou aos elementos da TBDH de Bronfenbrenner (1996; 2011).

Glauber

Trajetória infracional

Havia cerca de três anos que Glauber praticara o ato infracional pelo qual ainda cumpria a medida socioeducativa de PSC na época da pesquisa, tendo sido essa a primeira e única vez que fora autuado pela prática de um ato infracional. Ante a ausência dos pais em casa, juntamente com outros dois amigos adolescentes também responsabilizados pela ação junto à justiça, fez a filmagem no seu celular de cenas de sexo entre eles e uma menina também adolescente, após atraí-la à sua casa.

As imagens com a cena de sexo seriam divulgadas posteriormente por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas e se propagado rapidamente entre colegas da escola e outros jovens, tomando proporção até a descoberta pela direção da escola em que o adolescente estudava na época, chegando a render-lhe posteriormente o apelido de “ator pornô” entre os colegas da escola.

O adolescente traz na narrativa referência à participação naquela época em encontros marcados pela internet com a turma, os quais costumavam acontecer em um shopping. Destaque na expressão do significado compartilhado pelo grupo sobre tais encontros tinha, dá-se quando o adolescente relata que ele era considerado “topzinho do *Facebook*”, em referência ao fato de se sentir valorizado pela forma que atraía o interesse pela paquera nas meninas. Destacou, entretanto que as relações que possuía com os pares eram pouco sólidas, não costumava encontrar os “colegas” fora daquele contexto, nem realizar coisas em comum, bem como não havia entre esses nem mesmo colegas da escola.

Aspectos históricos e contextuais da relação familiar

O adolescente tinha 17 anos na época da entrevista. Residente com os pais e uma irmã caçula de seis anos. A família possui casa própria em bairro de classe média baixa, numa área afastada do centro da cidade. O seu pai (Afonso, 43 anos) é dono de um lava jato que funciona na parte posterior da casa e faz outros serviços como autônomo, já a mãe (Edna, 40 anos) possui vínculo empregatício de vendedora em uma loja de confecções no centro da cidade.

Sobre a vida em família, depreendeu-se das interlocuções com os integrantes desse microsistema alguns desafios dos pais para lidarem com as aquisições em direção da conquista de autonomia por parte do jovem, cujo modo como se dispôs a participar da pesquisa e a extroversão com que narra as passagens de sua trajetória de vida relacionadas ao ato infracional

dá um tom de como o adolescente parece encarar a vida de peito aberto para as aventuras que lhe resultam as relações com os colegas e as meninas.

As narrativas dos pais oportunizadas no âmbito da presente investigação se fizeram permeadas pela revelação de alguns conflitos principalmente entre pai e filho, que marcam o empenho paterno, emocionalmente desgastante, no sentido de fazer valer o estabelecimento de limites a um filho sobre o qual a mãe destaca que “toda vida foi sapequinha”, apontado ainda inúmeras circunstâncias que detalham características de um temperamento do menino o qual os desafia intensamente.

Ele sempre foi na ativa, hiperativo, foi criado assim, a gente criou ele com muito dengo, porque quando ele tinha três anos de idade a gente descobriu que ele tinha um problema renal, um problema sério nos rins, esse problema vem da minha família, hereditário, sabe? Aí quando a gente descobriu, pense que foi difícil, parece que o mundo tinha desabado sobre a cabeça da gente. Aí a gente criou ele assim, sempre protegido, sabe? essas coisas que eu acho, às vezes, até errado, né?. (Edna)

Quando foi um dia eu não vim almoçar em casa, ia pra médica, até, aí quando eu cheguei, o pai dele... a gente tem um lava jato aqui nos fundos...mas ele trabalha com vidro, essas coisas, de vez em quando ele sai, vai fazer um orçamento, essas coisas... quando ele foi me buscar o trabalho ele disse “Edna, tô retado aqui com Glauber”, eu disse “o que foi?”, “não, porque Glauber tava com coleguinha lá em casa, eu não gosto disso.”, aí eu disse “mas quem é esse menino? aparentemente é uns meninos sem futuro?”, ele disse “não, aparentemente não é sem futuro não, mas eu não gosto dessas coisas, negócio de tá com coleguinha lá em casa, eu não gosto.” Aí passou. Quando foi depois, aí estourou a bomba, né? desse vídeo, que a gente nem sabia de nada. Nesse dia eu não vim pra casa, o pai tinha saído, ele pegou e veio mais esse colega veio aqui pra casa, e o colega disse que ia trazer uma menina pra cá. (Edna)

O ato infracional é marcadamente destacado nos discursos materno e paterno como a maior das travessuras do garoto – pelo nível de repercussão que tomou ao ser judicializado e principalmente por ter proporcionado uma exposição do jovem de alcance imensurável, dado ter sido registrado em vídeo e compartilhado pela internet –, entretanto os registros da passagem de Glauber pelos últimos anos da sua adolescência evidenciam um enredo de expectativas frustradas dos seus pais em relação ao rendimento escolar com seguidas repetências, fazendo o

investimento realizado para manter o jovem em escolas particulares durante seu percurso escolar considerando um dos motivos que se apresentaram para uma mudança de atitudes dos genitores no âmbito da relação com o filho, motivada pelo sentimento de decepção – reconhecida e nomeada pelo adolescente como “perda de confiança” – e , além disso pelas condutas desaprovadas em relação à experimentação de drogas a partir da aproximação de “más companhias” e sobretudo o ato infracional praticado, que assim como o envolvimento com drogas tem a complementar vulnerabilidade representada pelo fato de os amigos atuarem o “descabeceando”, ou seja influenciando-o a agir de maneira errada.

No destaque que se apresenta a seguir condensam-se nuances do contexto histórico familiar relacionado ao ato infracional do jovem, onde se evidenciam a reação ante a descoberta pelos pais, as mudanças na relação marcadas pelos sentimentos matizados entre raiva, vergonha, desconfiança, decepção, entre outros aspectos.

Começaram a comentar que disse que tava rolando um vídeo na (bairro vizinho, onde se localizava a escola em que o adolescente estudava), todo mundo já tinha visto esse vídeo de Glauber com essa menina, eu sou vi esse ‘zum zum zum’. Aí depois um dia eu tô aqui de noite, aí bate aqui no portão o padrasto da menina (...). Aí veio aqui, conversando ‘brabo’ aí, dizendo um monte de coisa, que ia procurar os direitos dele, e eu disse “não, o senhor tem razão, o senhor pode procurar”, aí depois chegou a intimação aqui em casa. Ave maria, pense que eu fiquei arrasada com isso, porque né fácil não, viu? é porque as coisas ‘vai’ passando, a gente vai... as coisas ‘vai’ acontecendo parece que a gente vai ficando mais forte, né, assim... É difícil, viu?! Aí fui, tirei ele da escola, ele tava estudando no (colégio público) na época, porque antes ele estudava no (colégio anterior ao público - particular)... Ele sempre foi um menino bom, assim, mas depois de 11, 12 anos, já foi começando a ficar desinteressado nos estudos, essa fase difícil, né? aí foi reprovado, aí o pai foi e tirou, disse que ia tirar da escola, que não ia ficar pagando escola cara, que ele não queria nada com a vida. Aí minha sogra foi, ela conhece muita gente no (colégio público), o pessoal lá tudo gosta dela, aí foi e arrumou uma vaga pra ele no (colégio público), aí botei ele, pra terminar o ano, mesmo assim foi reprovado de novo. Aí estudou o outro ano lá no (colégio público), aí foi quando ele fez esse... Aí eu peguei e tirei do (colégio público) e botei no (colégio particular 2), tava mesmo na época da bomba do vídeo. Eu botei lá e não falei nada. Aí a psicóloga, quando foi um dia, mandou me chamar, já tavam sabendo do vídeo. Todo mundo na escola dizendo “ah, é o menino do vídeo, não sei o que”. Aí me chamaram lá na escola e ela, tipo assim, como que ela... fiquei meio chateada assim

com a menina lá, sabe? Tipo assim, como que elas não queriam ele lá na escola, por causa desse vídeo, sabe? “porque os outros alunos, não sei o que...”, que “o certo era eu tirar ele aqui da cidade, pra passar um tempo fora”, a psicóloga, né, que “geralmente quando alguém faz uma coisa assim bom a pessoa sumir por um tempo...”. Até então não tinha chegado ainda o negócio da... dele... da medida, né, socioeducativa, tinha ainda não. (Edna)

Nas narrativas evidencia-se o reconhecimento de mudanças de posturas, com características de uma construção desse processo atreladas ao enfrentamento diário dos pais, demarcando o período transicional da família, ou dito de outro modo, o momento marcado pela apreensão de símbolos, objetos e construção de papéis no rearranjo das relações familiares promovidas pelo evento histórico representado pelo ato infracional e o esteio dos acontecimentos e inserções que dão contornos ao período em que a família se percebe envolvida com resolução da querela judicial em que o núcleo familiar se viu entrelaçado.

Então, assim, muito difícil passar por aquele momento [audiência com o juiz]. (...) O juiz fez o papel dele lá. Mas assim, foi difícil pra mim, constrangedor tá passando por aquela situação, tanto pra mim como pras outras mães que tavam lá. A mãe de um mesmo tava de cadeira de rodas, tava tão deprimida que não conseguia nem andar, era de cadeira rodas. A situação pra ela foi tão difícil que ela teve uma depressão que ela nem andava, tava entrevada, teve que subir pra uma sala, no dia da primeira audiência, que no caso foram três meninos, aí a primeira audiência foi só os pais deles, né? (Edna)

A percepção de elementos macrossistêmicos que demarcam construções de sentido compartilhadas no âmbito familiar, atreladas ao ato infracional e seus desdobramentos nas interrelações, pode ser caracterizada na constituição da tomada de consciência pelos membros do grupo familiar acerca dos desdobramentos do “acontecido” e sua relação com o âmbito da moral. Neste sentido, há duas vertentes a serem destacadas: a primeira diz respeito ao significado do estar envolvido com a justiça, lidar com o padrasto da vítima, passar pelo aparato sociojurídico (polícia, cumprimento da medida socioeducativa, cuja displicência ou não comprometimento do garoto o faz ainda devedor da prestação de serviço).

Chama atenção a indicação de um sentimento de vergonha vivenciado pelos pais do adolescente, não somente pela natureza do ato como pelo fato de ter a polícia em casa, como algo que submete a família à possibilidade de um estigma.

O sentimento de vergonha é explorado no trabalho de Dias, Arpini & Simon, (2011, p. 532) ao destacarem que

a vergonha de ter um filho autor de um ato infracional esteve relacionada ao olhar do outro; os responsáveis observam que todos, inclusive autoridades, responsabilizam a família pelo ato infracional do filho. Esta seria responsável por não ter dado limites ao jovem. Esses responsáveis sentem indignação e impotência, pois afirmam que os outros não percebem como é a realidade da família, ou seja, desconsideram as suas dificuldades contextuais.

Destaque complementar que se mostra pertinente é em relação a oportunidade de que tal acontecimento histórico ser disparador de processos reflexivos em torno de questões sobre a sexualidade do adolescente, o que envolve a segunda vertente desta apreensão do macrosistema, a se evidenciar o lidar com a expressão da sexualidade desse jovem.

Fiquei com nojo, fiquei com nojo dele. Assim, eu senti aquela raiva assim, aquele encanto quebrou, é como se fosse assim, você tem aquela criança, que até aquele momento pra mim ele era uma criança, e no momento que ele fez isso quebrou aquela inocência dele, aquela coisa toda assim... eu fiquei com raiva, eu juro por Deus eu disse “Glauber, eu tô com nojo de você, de você ter feito isso” (Edna)

Assim como para a mãe, para o garoto percebe-se que houve também a experimentação deste sentimento de vergonha quando fora apontado na escola e na rua como autor de um ato infracional. Este sentimento, no entanto, aparece de modo dúbio quando o adolescente se refere ao ato em si e a própria questão de gênero que está implicada neste contexto. Em algumas passagens de sua narrativa isso é percebido quando ele trata do ato infracional como tendo sido o “simples fato” de ter divulgado o vídeo, enquanto que a exposição, a empatia com a vítima aparece mais timidamente se comparada a narrativa de ser apontado como único autor do ato infracional.

“A gente fez sexo com a menina, você sabe, né? Aí eu tinha um colega, e na época o celular era pequeno, aí meu colega tinha um ‘tablet’ grandão, aí ele falou assim “Envia pra mim esse vídeo pra eu ver no meu celular, que é maior, pra ver melhor, né, o vídeo” aí eu enviei pra ele. (...). Aí eu cheguei na escola no outro dia e ele falou “Glauber, eu vou embora”, aí eu “beleza”. Aí eu esqueci de falar “apague o vídeo” esqueci. Aí ele foi embora, aí no outro dia eu cheguei na escola, no tempo eu estudava com (nome do colega). Aí eu cheguei na escola e já foi um monte de gente em cima de mim “ei, cara, e o vídeo?” aí eu fiquei surpreso, né? (...). “e quem passou?” Aí a gente passou a ver quem enviou, aí a gente investigou, nós três investigou. Aí foi um brother meu que enviou. Até tem o nome dele no ofício, só que deu em nada. (...). Ele tá normal, não tem nada pra ele, nenhuma audiência chamou ele. Não teve nada pra ele. Só. E só quem pagou foi eu, e os outros dois também não pagou. Quero saber também por que isso, entendeu? Só eu tô pagando. Por que será?”. (Glauber)

É importante notar que esse fragmento da narrativa aponta a ação reflexiva do garoto com base no macrossistema, que se mostra como os aspectos culturais, morais que de certa maneira o faz ter de imediato uma reação de reprovação do amigo pela quebra de confiança representada pela atitude inesperada de distribuição do vídeo contendo cenas da intimidade dos envolvidos. Porém, em relação ao seu comportamento, a projeção ou ideação sobre o erro aparece timidamente caracterizada por um nível de criticidade mais autônoma, ou seja, parece haver por parte do adolescente uma percepção do que praticara de errado, sobretudo com base no exossistema. Assim, considera-se mais pertinente balizador da compreensão da violência praticada o enquadramento jurídico do fato, ou a chamada “tipificação do ato infracional” ao análogo crime de produção e/ou veiculação de material pornográfico infantil. Tal compreensão é subjacente ao questionamento do Poder Judiciário que procedeu com a punição apenas para ele.

O engendramento de sentidos para o adolescente a respeito da infração cometida é ainda marcado por outras relações. Ainda que se note no discurso do garoto uma abordagem direta da questão do ato infracional praticado se centrando no erro de ter permitido a disseminação das imagens, cabe destacar certo nível percepção de uma violência de gênero, que se faz perceber discretamente pela evocação das reações diferentes da mãe, tias e avó sobre o fato de ter

participado do vídeo – reconhecendo a empatia feminina ao desaprovar a exposição da menina, por exemplo as mulheres da família, incluindo sua mãe, tias, avó. Narrativa contraposta por outros familiares, tios, primos que percebem no seu ato como algo socialmente valorado para a um garoto.

Ele (pai) ficava era rindo, na maioria das vezes, ficava rindo, entendeu? Oxe!, meus tios “rapaz, esse menino fez um vídeo, véi!? Ó, ele fez um vídeo ‘comendo uma nega’” [risos], falava pra todo mundo, homem, né? Agora as mulheres, né? As minhas tias, minha avó, ficavam me dando conselho “faça isso mais não, tu se complicou”, e eu “é”. (Glauber)

Decorridos esses fatos o adolescente, assim como sua família passaram por uma experiência que os levou a reflexão sobre alguns elementos que os obrigaram a ter criticidade diante deste acontecimento e as consequências. Lidar com a vergonha, a visita de policiais, ida à Vara da Infância, a necessidade de reparação do ato infracional com o cumprimento da medida socioeducativa são símbolos que engendram a construção de um novo contexto para esses sujeitos. Na narrativa do adolescente está presente a vergonha e a fragilidade da relação com o pai após o fato, refletindo os aspectos destacados anteriormente:

Perdi a confiança de todo mundo, só que aos poucos fui reconquistando de novo. Aí aos poucos, meu pai me deu de novo confiança, mas... perdi! E foi tipo assim, eu virei de água a baixo, tudo entendeu? (...). Foi de água abaixo tudo, entendeu? Eu fiquei conhecido em todo lugar, e o povo tirava onda. Era isso. (Glauber)

Tecendo compreensões ecológicas

A análise do caso num modo de tessitura de compreensões ecológicas sugere uma reflexão acerca dos desafios à parentagem protetiva, com o exercício eficaz da autoridade e de modo a favorecer a promoção de autonomia à um “ex-infrator” ao final da adolescência. Tal percurso pode ser percebido como atrelado ao encadeamento de fatos que vão constituindo a realidade microssistêmica da família numa interlocução ativa com outras instâncias contextuais

e demais elementos temporais, culturais que demarcam a apreensão de símbolos e papéis sociais entre os constituintes do microsistema em análise (de adolescente, homem, pai, mãe, etc.). Revela-se nesse sentido o enlace da constituição de sentidos e significados que dão a tônica dos processos proximais engendrados no âmbito dessas relações familiares circunscritas no período histórico destacado.

São temas que emanam dessa intrincada teia de relações e elaborações subjetivas, por exemplo, a sexualidade do adolescente, as suas relações de amizade, a sua mais recente peripécia sinalizada pela descoberta pelos seus pais da experimentação de maconha pelo jovem. A história infracional marca de forma determinante o modo como os pais de Glauber se colocam na relação com o filho, como lidam com o sentimento de insegurança ante a possibilidade de o adolescente voltar a infracionar.

Aí um dia meu marido chegou, aí meu marido foi e disse que “você sabe o que é isso aqui, ó? isso aqui é maconha!”, tinha fumado aqui, esse menino veio aqui em casa com ele e tinha fumado maconha com ele aqui. Aí eu comecei a desconfiar “já sei porque essas agressões dele aqui, essas coisas”. Aí o pai dele ficou brabo aí, porque tem um menino que mora aqui em frente que fuma, aí eu acho que foi esse menino que deve ter passado, sabe? (Edna)

O lidar como o uso de Drogas pelo adolescente parece se apresentar como circunscritor do desafio atual da família do jovem, prestes a se tornar adulto, mas visto como pouco maduro, sob a ótica de quem tem cotidianamente vivenciado no limite da tensão emocional suportável as tarefas da educação doméstica do adolescente. Nesse ponto, ainda parece ter bastante relevância a preocupação dos pais em encontrar uma forma de afastar o adolescente do risco de se envolver com um crime, considerando a iminência da maioridade. Enquanto isso, a marca do risco de novo ato infracional ainda se fazia presente na atitude de Glauber em insistir que o pai lhe coloque o carro à disposição para ir encontrar a namorada.

eu passei uns momentos muito difíceis aqui, porque ele rebelde com o pai dentro de casa, querendo o carro, aí o pai não dava, aí ele querendo enfrentar o pai, uma revolta

que ele tava, sabe? ele tava estudando no (colégio atual do jovem), aí tava envolvido lá com um menino lá, com um colega, e eu acho que era esse menino que tava ‘descabeceando’ ele assim, sabe? porque ele tava muito rebelde, muito rebelde mesmo.
(Edna)

Destaca-se, em um último olhar sobre a narrativa, que não esgota as possibilidades de compreensões acerca do modo como o evento ato infracional tem implicações sobre o reordenamento do microsistema familiar, como atributos pessoais dos pais e do adolescente são postos em evidência nos relatos de como vem sendo a relação, principalmente aqueles que se referem ao embate entre temperamentos. Nesse sentido é possível refletir que as possibilidades de amadurecimento das relações, de um modo a melhor favorecer a resolução dos atuais conflitos, passa de maneira fundamental por uma tomada de consciência em relação ao manejo cuidadoso dos sentimentos ensejados.

– Aí assim, eu dei muita pressão, (...) aí eu cheguei junto no pé dele, aí pronto, eu sufoquei mesmo, mas tudo tranquilo, sabe? aí pronto, o meu problema maior com Glauber, dentro de casa, durante esse problema todo só é a ignorância dele, ele é bruto, um menino bruto, e ele tem que mudar, só isso. A realidade é essa, só isso, o problema de Glauber maior só é esse... um menino bom, é um menino direito (...). Vou falar aqui de meu maior problema com Glauber: (...) ele é aquele menino que ele vai tomar café de manhãzinha, ele é o último a levantar pra tomar café. Aí Glauber, rapaz, ele chega na cozinha lá e pega o pão, ele parte o pão, ele suja lá e eu digo “Glauber...” e ele pronto, aí ele sai. Eu digo “Glauber, tem que arrumar sua cama...”. Meu amigo, é o dia todinho, aí não falo mais não. “Glauber, vai limpar a mesa, rapaz, a mesa tá suja”, aí eu me irrita, eu não aguento não, eu fico louco, sem fôlego, sabe? Rapaz, como é que pode? Aí eu digo “home, sabe de uma coisa? eu vou parar com isso aqui, porque ele não tem jeito mesmo e eu vou só...” (Afonso)

– Vai morrer (Edna)

– (...) Só criar um problema com Glauber. Então pronto, deixa ele à vontade. Porque é como diz o amigo “deixa ele à vontade, um dia ele vai cair na real, e nada disso vai acontecer”. Aí são essas coisinhas, mas o problema dele só é isso, essa questão que tô lhe falando, só porque ele tá muito ignorante, assim, que ele é um pouco bruto, só isso, na verdade, não quer respeitar mãe, não quer respeitar pai, e assim, o seguinte é esse, o maior problema só é esse, mas não tem mais envolvimento com nada. (Afonso)

Sérgio

Trajectoria infracional

O jovem de 17 anos respondeu por tentativa de homicídio, como participante da ação, porém não foi o autor do disparo da arma de fogo que alvejou um rapaz que vinha costumeiramente realizando invasões à residência de sua família. Passou pelo regime de internação durante um ano devido ao ato infracional praticado. Na época em que o encontramos, o cumprimento da LA no CREAS, iniciado há cerca de três meses se dava como transição entre o período recluso e a “nova vida” de volta à família. Importante salientar que antes do cumprimento da medida socioeducativa, o adolescente cursava o 9º ano do ensino fundamental em escola regular próximo a sua casa e que no decorrer de sua reclusão, período de um ano em meio fechado, continuou os estudos na unidade.

Conforme narrativa, referendada pela análise de documentos, esteve ligado ao episódio, mas não foi autor do disparo, contudo admitiu ter planejado a execução junto a outros dois parceiros, um dos quais um amigo de infância que foi morar na sua casa após a morte dos pais desse. Anteriormente, jamais havia sido indiciado por qualquer tipo de ato ilícito.

Questão peculiar do histórico infracional do adolescente é a surpresa destacada pela genitora tendo em vista o seu comportamento pregresso

O ladrão entrou aqui em casa. A primeira vez carregou as cadeiras da área, de outra vez entrou e carregou ‘as galinha’, outra vez entrou e carregou um porco, ná época do São João, época que nós criava porco aqui nesse muro. Eu vivia tão doente cuidando desses porcos e ele ficou “se eu souber quem foi eu vou dar um tiro”. Eu não acreditava, e eu sei que aconteceu. Eu fiquei assim sem saber como que tinha acontecido, eu não fiquei sem acreditar que tinha sido Sérgio. (D. Clarice)

(...) A gente jamais esperava isso dele. Ele vivia dentro desse quarto aí. Era o computador, escola, ia bem cedo trabalhar com a gente, que na época a gente trabalhava com construção civil, pedreiro... ele ia de ajudante e quando dava a hora ele vinha pra escola, quando chegava de tarde era no pé desse computador. Ia pro treino de futebol, o pai ia levar... e a gente jamais maldou que ele ia fazer uma coisa dessa. E aconteceu, eu tava tão inocente quando balearam esse rapaz que eu peguei

a moto aqui, saí fui olhar, fiquei olhando lá sem jamais imaginar que isso pudesse acontecer. Quando eu cheguei aqui, ele tava... mãe já saiu com ele abraçado desesperado, que ele chegou, quando chegou já correu, abraçou mãe e disse a ela o que tinha feito. Eu disse a ele “rapaz, a única coisa a fazer é pegar você, esperar você pra polícia”. (Mário)

Aspectos históricos contextuais da relação com a família

Na época do estudo, o adolescente integrava um núcleo familiar composto pelos pais adotivos (mãe com 56 anos e pai com 60 anos de idade) e avó materna (81 anos). O garoto tem a história de vida marcada pelo acolhimento que recebeu na qualidade de filho pelos avós paternos, tendo em vista a não assunção do exercício do papel pela genitora, ex-namorada do pai biológico (Mario, 35 anos, caminhoneiro), o qual por sua vez demandou aos pais a criação do menino.

Depreendeu-se da narrativa dos entrevistados uma relação com características fraternas entre o adolescente e o pai biológico, o qual tem participação ativa na vida do adolescente, colocando-se como conselheiro e protetor. Porém, o papel de pai, considerando inclusive o investimento em afeto no garoto, é exercido mesmo pelo avô biológico, que, antes do ter sido acometido por um, AVC organizava-se financeiramente e proporcionava a este filho acesso a bens materiais que não pôde dispor aos outros filhos mais velhos. É perceptível na narrativa da família do adolescente o quanto pesou para o patriarca todo o processo decorrente da internação do menor em meio fechado e conseqüentemente o afastamento de casa, algo que para os entrevistados contribuiu para seu adoecimento.

Portanto, no momento da visita para estudo pai e avó do adolescente encontravam-se acamados devido a problemas de saúde, e sob dependência de terceiros para suprimento de necessidades básicas como, por exemplo, alimentação e higiene; ambos já não conseguiam também se expressarem verbalmente.

O microsistema familiar de Sérgio possui características peculiares de coesão. Uma marca da cultura agregadora compartilhada pelo núcleo foi manifesta nas narrativas pela assinalação que chegaram a ceder espaço em casa para um amigo de infância de Sérgio, morador da vizinhança que ficara órfão algum tempo antes.

Tinha um aqui que perdeu os pais, ficou jogado aí, meu esposo chegou pra mim e disse “vamo dar uma oportunidade a esse menino? porque quem sabe ele pode melhorar”.
(D. Clarice)

Ele morava aqui atrás na outra casa, só que todo dia ele ficava aqui em casa, todo dia ele vinha aqui pra casa, aí depois que ele perdeu os pais, aí foi morar com a vó. Aí eu e ele, como era muito próximo nós, muito chegado, aí ele perguntou se não tinha como ficar aqui e eu já também queria que ele viesse, aí eu falei com ele, falei com mãe e com pai, e quando ele veio aí é que eu comecei mesmo a sair de casa mais ele. (Sérgio)

A praça próximo de casa foi indicado como local que marca para o adolescente o processo de expansão de relações, espaço reconhecido como proporcionador de acesso tanto a relações positivas do ponto de vista da possibilidade de curtir a adolescência, mas sobretudo como acesso a influências negativas

Eu (...), é como mãe diz, era da escola pra casa, mas sempre naquela vontade de sair, sempre na vontade de sair pra conhecer os lugares e tal, porque como mãe e pai eram muito preocupados e apegado a eu, não deixavam eu sair com medo de que acontecesse alguma coisa. Só que eu sempre quis sair, aí quando a pessoa vai ficando mais velha, né? quer, que nem o povo fala, quer ser dono do próprio nariz. Aí eu fui começando a sair, conhecendo as pessoas, aí conheci pessoa boa, pessoa ruim.

O único lugar que eu saí assim que eu comecei a sair depois que mãe começava a me liberar a sair pra rua, era só aqui nessa praça aqui. Mas nesse tempo essa praça era movimentada, todo mundo que é aqui do Mandacaru ficava naquela praça. Aí eu ia pra lá, tinha os meninos tudinho daqui, os que tavam presos lá mais eu ficavam ali e eu comecei andar mais eles lá.

Existia ainda uma de compreensão de que a participação de Sérgio na organização familiar preenchia todas as suas necessidades de relação, o que a partir dos trechos de falas destacados parece justificar a surpresa com o ato infracional cometido pelo adolescente. Tais

aspectos históricos e contextuais ajudam na compreensão de uma construção de sentido atreladas à prática pelo adolescente do ato infracional narrado.

Expõe-se no âmbito das informações colhidas para composição do enredo em que se destaca a passagem do adolescente pelo sistema socioeducativo a marca de construções simbólicas próprias de seu sentimento de adolescência, assimilado a partir da reivindicação de que seja percebido como evoluído, num sentido físico, mas, sobretudo, como capaz de demonstrar destreza, coragem, masculinidade.

A gente não vai apoiar o que ele fez, porque aí vai tá estimulando ele a fazer novamente a mesma coisa. Pra gente o que você fez não foi vergonha, porque o vagabundo veio roubar aqui... tá certo que depois ele já se tornou vítima pra lei porque jamais alguém deve fazer justiça com as próprias mãos. (Mário)

Reconhece-se, além disso, que tal experimentação de sua capacidade, encontra-se relacionado à busca de legitimar o seu lugar no seio da família, de filho homem e único remanescente da “prole”, nesse momento em que a família vinha sendo ameaçada pelo invasor que se apropriava indevidamente dos bens materiais.

– É meu caçula (referindo-se a Sérgio), eu só tenho dois filhos. Só tive dois. Ele é o meu caçula. E você quer ver o pai ficar com raiva é se disser que não é filho dele. (D. Clarice)

– Na minha consciência eu não tenho assim, que nem o povo fala, outros pais, né, que nem o povo fala “tu conhece teus pais?”. Eu falo pra todo mundo que não conheço, nunca nem vi. (Sérgio)

Destaca-se a assinalação de um sentido importante circunscrito à relação com o amigo órfão, cúmplice do ato infracional.

Tinha um aqui que perdeu os pais, ficou jogado aí, meu esposo chegou pra mim e disse “vamo dar uma oportunidade a esse menino? porque quem sabe ele pode melhorar”. Só que quando dois não quer... como é? Quando um não quer dois não brigam, e eu sei que aconteceu de ir os dois. (D. Clarice)

Se por um lado, os amigos o influenciaram, conforme compreensão da mãe, há que se destacar uma sinalização do reconhecimento pelo adolescente de uma participação do amigo

como prova de amizade, não seria pretencioso falar em retribuição do órfão à generosidade da família, mas sobretudo ao amigo anfitrião.

– (...) *Eu só falava assim “rapaz, ‘véi’, eu não vou deixar esse negócio ficar quieto não”, só falava isso mesmo.* (Sérgio)

– *E ele (o órfão)?* (pesquisador)

– *Ele às vezes me dava conselho, às vezes falava “vou se quiser”, aí eu perguntava se ele ia mais eu, aí ele falava “vou, que eu tô aqui mais você, se for pra fazer tem que fazer nós dois”, eu falei “pois é”. Aí fui falar com outro menino ali, porque eu não sabia onde é que o cara tava, quem sabia era o menino ali, onde é que o cara ia ficar, aí eu chamei ele pra ir, só que quando chegou lá aí já tinha outro cara, aí o menino foi e pegou a arma e atirou nele.* (Sérgio)

É marcante a repercussão da entrada do órfão no microssistema familiar, dada a assinalada influência que esse teve no episódio que gerou a apreensão de ambos. Há indicativos de que o acontecimento teve um sentido de tornar possível uma elaboração de uma posição simbólica importante para o adolescente no seu microssistema familiar e ainda de propiciar a expressão da sua masculinidade, ante a emergente necessidade de tal manifestação.

O próprio amigo órfão acolhido na casa foi influente na elaboração do plano, cujo objetivo destacado pelo adolescente faz evidenciar uma relação com a construção/reivindicação de um papel dentro da família de protetor do lar invadido. A própria manifestação da amizade se faz perceber como possível sentido para atitude do amigo de se colocar apto a apoiar Sérgio na execução do plano de caça ao bandido.

Podemos refletir ainda que a infração pode ser destacada como a expressão de uma masculinidade possível de ser experimentada em gesto, contudo silenciadora de outros tantos sentimentos próprios do constituir-se adolescente no contexto sócio histórico em que o adolescente se encontra inserido. Em seu trabalho, Barreto (2013) destaca a negativa da possibilidade de expressão das dores e outros sentimentos pelos autores de atos infracionais, como marca cultural.

Faz-se pertinente perceber que a entrada do amigo órfão no microsistema familiar é acontecimento demandante de transições ecológicas para ambos os meninos, por envolverem uma mudança de papel, ou como dito por (Bronfenbrenner, 2011, p. 89) das “expectativas por condutas associadas a determinadas posições na sociedade”. Em paralelo a isso, DeSousa, Rodríguez e De Antoni, (2014), apontam que

ao assumir um determinado papel em um grupo de amigos, os adolescentes e os outros participantes do mesmo microsistema agem de determinada forma – esperada pelo grupo –, efetuando trocas afetivas, desenvolvendo atividades em conjunto e se constituindo como um grupo social. (p. 121)

Tecendo compreensões ecológicas

Foi possível encontrar na narrativa a singularidade da construção de significados delimitadores do mesossistema constituído pela família em interação com a unidade socioeducativa de internação. Durante este período histórico da família havia um retorno positivo do comportamento do garoto no meio fechado no CASE, que o destacava como jovem diferenciado dos demais em relação à sua história no crime.

– *A senhora pode contar um pouco da trajetória dele na internação?* (pesquisador)

– (...) *eu ia visitar todos os domingos. Lá dentro eu não sei porque lá eu não convivia com ele lá dentro (...), sei que todos falavam pra mim, os que trabalham lá, todos gostam dele, todos, assim... tentavam me confortar que ele não era, ele é um menino bom... não é porque seja meu filho não... ((chorando)) eu não sei o que foi que levou ele a fazer isso. Cabeça dos outros.* (D. Clarice)

Há de se destacar outra relação da família com este contexto, dentre elas a o sofrimento advindo da dificuldade de aceitar o tratamento imposto aos internos e à possibilidade de ver o adolescente submetido a tal

Ali é a faculdade de bandido porque lá dentro trabalha... batem em criança, jogam spray de pimenta em criança, relato deles mesmo lá dentro. Botam tudo lá no pátio, acredito que isso aí os direitos humanos não aceitam, né? tá certo que tem muito

capetinha ali que merece, muito capetinha que merece, mas eu vi aquela situação ali e quando a gente chegava lá saía em estado de choque com as coisas que acontecem. (...) A gente sempre conversa, procura levar ele pra igreja, sempre estamos falando “não se envolve num inferno daquele ali porque ali num é vida de gente não ali é pra quem não quer nada com a vida. (Mário)

Para Mário o adoecimento do pai se deu por ocasião de uma reunião que o pai participou com o um grupo de pais no CASE, sentido que parece ser compartilhado no âmbito do microsistema familiar. Os riscos com casos de violência, iminência de ser transferido para Recife (caso não se comportasse bem) ou envolvimento com outros adolescentes envolvidos com casos crime de maior gravidade teriam sido elementos simbólicos compreendidos como um fator decisivo deste adoecimento, considerando que o AVC ocorreu após esta reunião.

– O pai dele deu esse AVC ‘através’ de uma reunião que teve lá. O pai dele foi na reunião de tarde, quando foi de noite deu o AVC, porque as informações que chegam lá são pesadas... (Mário)

– A diretora disse que ia mandar um bocado pra Recife. (D. Clarice – se pronunciando durante a fala de Mário)

– ... que lá tinha tráfico de droga, que tava usando droga, tavam bebendo... e o pai dele escutou isso, já tinha tido o AVC há poucos dias, o AVC voltou e tá aí em cima da cama.

Cabe destacar que logo após a saída da internação ele foi mandado para a casa de parentes no interior, para passar uns tempos “na roça”. É possível compreender que a sua mãe tomou tal atitude como forma de proteção, já vislumbrando as relações com os amigos como fomentadoras de má influências e uma ameaça aos planos de retomada da convivência na família. Alguns acontecimentos desse retorno do garoto ao lar, entretanto explicitam alguns novos conflitos de interesse, os quais se constituem a partir das marcas refletidas na subjetivação da passagem de Sérgio pela internação, como os Traumas familiares e o dilema lançado ao jovem – estar novamente “preso” à família versus usufruir a liberdade reconquistada, que suscita na mãe a apreensão e alerta para a prevenção de envolvimento com amizades, causando outros embates frente aos incômodos do jovem com a situação.

São significativas as ponderações quanto ao retorno do garoto ao lar, por um lado, as referências ao prazer da presença do “caçula” compartilhado em família, por outro a necessidade de afastar a possibilidade de trazer para casa o comparsa que também fora liberado da internação na mesma época, que conforme expresso pela mãe e irmão tentou até mesmo tentar ficar morando na casa – o órfão, que não chegou a cumprir internação (apenas provisória de 45 dias, por não ter sido considerado nem mentor nem executor como os outros dois) já havia sido despachado para a casa da sua avó

O clima tava muito gostoso, todo mundo alegre, nós fizemos churrasco na chegada dele, reuniu a família toda, foi ótimo. Aí o dito que tava lá com ele que começou, né, a querer arrastar ele. Eu digo “de jeito nenhum”. (...) Eu sei que foi tão maravilhoso que até meu marido que tava que nem se mexia, melhorou. Foi muito bom. Aí eu sei que depois que eu joguei duro pra ele não fazer amizade com os rapazes aí, aí pronto, melhorou, tá tudo bem. Só não tá melhor porque ele passou um tempo sem estudar, que ele foi lá pra roça, foi muito bom que ele trabalhou, lá ganhou muito dinheiro, chegou e me ajudou um pouco que eu tava precisando, foi ótimo (D. Clarice)

Entre os marcos de amadurecimento reivindicados pelos adultos ao adolescente naquele momento, fazemos destaque à participação nas tarefas de cuidado do pai – tão importante quanto os projetos de trabalho e retomada dos estudos, que chegou a ser interrompido após ida para a roça.

Então desde quando ele saiu a gente falava “você vai sair daqui, você vai tomar de conta do seu pai, você vai tomar de conta da casa porque hoje tudo que tem lá é seu. Você não tem necessidade de tá se acabando dentro de um negócio desse aqui, muito menos tá misturado com quem não presta”. Antes dele ser preso, quando o pai dele comprou esse carro aí, o pai dele já dizia “esse carro é seu. Você vai ficar de maior, tirar sua habilitação e o carro é seu. (Mário)

Por fim, destaca-se a existência de um sentido de certo desprezo pelo adolescente à atual medida socioeducativa (LA) que vinha sendo cumprida junto ao CREAS, onde o contraste entre a privação de liberdade e o fato de estar “solto” é o que confere para si a noção de importância. É imprescindível contextualizar, contudo, a impressão de que, para além disso há também o fato de o programa oferecido pelo CREAS estar funcionando precariamente.

Tô cumprindo ainda. Mas assim, do negócio do CREAS, eu não vou mentir pro senhor, eu não ligo muito porque lá dentro eu tava pagando privado do mundo, né? Só que pagando no CREAS eu tô como se tivesse solto, só tô indo assinar papel e conversar com psicólogo. Pra mim tá jornal. Num muda nada não o CREAS pra mim.

Considerações finais

O estudo objetivou marcar os atravessamentos do ato infracional como evento crítico, cuja ocorrência promove desestabilizações e estabilização (reorganização) próprias do processo de desenvolvimento do sujeito infrator e, principalmente, reconfigura os modos de relação no âmbito familiar. É imprescindível pontuar o inacabamento das compreensões ora ensaiadas. É fundamental apontar que o processo proximal pode ser discutido, em ambos os casos apresentados, enquanto processos de repercussões tanto positivas quanto negativas no desenvolvimento dos adolescentes em questão.

Entre as limitações da presente investigação, há que se apontar o processo de coleta de dados que não possui caráter longitudinal, dado a inviabilidade para tal. Compreendemos que um acompanhamento sistemático e de maior duração dos casos traria mais riqueza ao estudo no sentido de que seria possível observar a evolução de cada jovem e sua respectiva família. Reivindica-se, entretanto, certo nível de validade ecológica para o estudo, tendo em vista a aproximação realizada ao contexto das famílias. Partilhamos a defesa de que intervir somente com o adolescente é insuficiente, tendo em vista as inúmeras variáveis que influenciam o enfrentamento dos problemas relacionados ao adolescente infrator.

Há que se destacar o reconhecimento da positividade do enfoque narrativo evidenciando a pertinência em insistir que o investimento na escuta das singularidades dos contextos familiares traz a Psicologia ao lugar de destaque no campo socioeducativo.

A partir dessa lógica, é necessário garantir a participação desses profissionais e compreender que a contribuição que a ciência pode dar é diretamente ligada ao que se descobre nas pesquisas em contextos naturalísticos da política pública, ao invés de trazer descobertas descontextualizadas a serem aplicadas. Assim, a abordagem de pesquisa narrativa se mostra ferramenta potencializadora de um processo de inserção ecológica não tão correspondente ao rigor do modo “tradicional” (Cecconello & Koller, 2003) – contraponto à limitação do estudo em termos de pontualidade da incursão ao campo.

REFERÊNCIAS

- Aranzedo, A. C. & Souza, L. (2007). Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro. *Rev. Electrónica Psicol Polit*, (on line), (5)15.
- Barreto, A. F., Medrado, B. & Quadros, M. T. (2013). Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 342-352.
- Borges, J. L. (2014). Adolescência no contexto rural. In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 144-163, Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (1990). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 1990.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2011). *Perspectiva bioecológica do desenvolvimento: tornando seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Castro, A. M. F. M. & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa da literatura. In: *Temas em Psicologia*, 22(1), 01-12.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Cenci, C.M.B., Teixeira, J.F. & Oliveira, L.R.F. (2014). Lealdades invisíveis: Coparticipação da família no ato infracional. *Pensando Famílias*, 18(1), 35-44.
- DeSousa, D. A., Rodríguez, S. N., & De Antoni, C. (2014). Relacionamentos de amizade, grupos de pares e tribos urbanas na adolescência. In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 118-131, Porto Alegre: Artmed.
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535.
- Nardi, F. L. & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a Lei: Percepções sobre família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 181-191.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Morais, N. A., Lima, R., & Fernandes, J. (2014). Adolescência e contexto familiar. In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 210-223, Porto Alegre: Artmed.

- Muylaert, C. J., Sarubbi Jr., V., Gallo, P. R., Rolim Neto & M. L., Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(Esp2),193-199.
- Nardi (2010). Adolescentes em conflito com a lei : percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Predebon, J. & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando famílias*, 19(1), 88-104.
- Rodríguez, S. N. & Damásio, B. F. (2014). Desenvolvimento da Identidade e do sentido de vida na adolescência. In : Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 210-223, Porto Alegre: Artmed.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Assumimos ora a tarefa de buscar articular a importância das compreensões produzidas com os estudos apresentados sobre os contextos de desenvolvimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em um CREAS do sertão de Pernambuco. Destaca-se assim, oportunamente, a demarcação de um empenho em traçar a complementaridade entre os artigos que compõem esta dissertação, o qual serviu de guia desde os primeiros esboços do projeto de pesquisa.

É fundamental destacar que ambos são fundamentados na TBDH, e tal escolha tem uma intenção política de fazer valer uma abordagem ao desenvolvimento humano como processo marcado por fatores multivariados, articulando de maneira que entendemos coerente a compreensão de dimensões pessoais, de temporalidade e contextualidade como significativos registros singulares da constituição subjetiva das pessoas, que estão em constante transformação e se afetam mutuamente.

Concebemos que as noções de socioeducação são expandidas quando se fortalece a busca por construção de projetos interventivos em que envolvem articulações com o contexto de vida dos jovens atendidos nos programas. Se por um lado outras as pesquisas nos apontam que há imensos desafios no que diz respeito ao processo de apreender alguns conhecimentos técnicos e principalmente buscar uma ética protetiva capaz de melhor amparar a construção nos programas socioeducativos de espaços reflexivos e a proposta de promoção da responsabilização a partir de projetos de vida desvinculados de opções desrespeitosas e descomprometidas com a construção de valores sociais mais participativos e menos nocivos a um projeto de sociedade minimamente garantidora de direitos das crianças e adolescentes.

No âmbito da investigação no espaço em que se prevê a gestão de atividades constituintes dos programas socioeducativos de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitário, buscamos identificar algumas das lacunas mais relevantes no nosso contexto local

que dizem respeito às também pouco exploradas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. É pertinente enfatizar que a primeira pesquisa proposta é importante sob a perspectiva de que tenta analisar impactos de ações socioeducativas no meio aberto, onde se buscou a apreensão do território em que se baseiam experiência dos sujeitos aos quais se destinam tais propostas interventivas.

O nosso segundo artigo tem inspiração numa perspectiva de construção de conhecimento que toma a experiência humana como matéria prima fundamental (Macedo, 2015). Uma via de possibilidade de compreensão do caráter promotor de educação da medida socioeducativa pode ser a relação entre aspectos singulares de trajetórias de vida ou pensar a família significativamente envolvida com os programas; além de vencer as propostas burocratizadas, pautadas tão somente por lógicas de produção de indicadores numéricos ou em respostas a demandas que dizem respeito ao funcionamento da ordem do sistema sócio-jurídico, o voltar-se para os contextos de vida das pessoas busca promover sentidos para famílias que muitas vezes se encontram desamparadas em relação ao que o fenômeno da adolescência e os modos de infração provocam no sistema familiar.

Acenamos com uma noção de que uma das vias de buscar sentido para a dimensão educativa exaustivamente clamada no campo da socioeducação se dá na articulação entre o conhecimento técnico se permitindo a articulação de noções de desenvolvimento num plano de percepção do contexto de cada sujeito; como as famílias podem ser melhor inseridas no trabalho tendo em vista a ampliação de redes em que possam se notarem mais apoiadas em tarefas de cuidado e suporte aos adolescentes em desenvolvimento.

O próprio autor que inspirou a construção das pesquisas, Bronfenbrenner, pautava uma defesa de que a construção de conhecimento socialmente relevante deve se dar a partir das intervenções nas políticas públicas, ao invés de buscar a aplicação de conhecimentos produzidos fora do contexto.

Desse modo, ao assumirmos a perspectiva de construção do conhecimento pela via proposta, visamos contribuir com uma discussão cara no que refere aos impactos de ações no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE na vida dos adolescentes e familiares atendidos, conforme percebidos pelos próprios sujeitos. Foi tomado como desafio o aprofundamento de compreensões acerca da temática proposta, onde esperamos ter contribuído inclusive com os processos formativos na área do atendimento socioeducativo, no que tange, especificamente a discussão sobre ações interventivas de fortalecimento de vínculos familiares. Esperamos que outras futuras pesquisas possam trazer mais contribuições.

REFERÊNCIAS GERAIS

- Aranzedo, A. C. & Souza, L. (2007). Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro. *Rev. Electrónica Psicol Polit*, (on line), (5)15.
- Araújo, A. C. (2017). *Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em Natal-RN*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Assis, S. G. & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e saúde coletiva*, 10(1), 81-90.
- Barros, J. P. P., Benício, L. F. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S. & Torres, F. J. P. (2017). Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia. *Psicologia: Ciência e Profssão* Out/Dez. 2017 v. 37 n°4, 1051-1065.
- Barreto, A. F. (2007). *Gênero, corpo, emoções e medidas socioeducativas: uma aproximação da violência urbana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Barreto, A. F., Medrado, B. & Quadros, M. T. (2013). Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 342-352.
- Bisinoto, C., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim G. G., Stemler, L. A. S. (2015). Socioeducação: Origem e significado. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015).
- Borges, J. L. (2014). Adolescência no contexto rural. In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 144-163, Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (1990). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 1990.
- _____. (2012). Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jan. 2012.
- Brito, L. M. T. (2007). Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 133-138.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2011). *Perspectiva bioecológica do desenvolvimento: tornando seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon, & R. M. Lerner (Orgs.), *Handbook of child psychology. Theoretical models of human development* (Vol. 1, 5a ed., pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Capitão, L. D. & Gurski, R. (2009). Incentivo às medidas socioeducativas de meio aberto no Rio Grande do Sul: Uma experiência intersetorial. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 102-122.

- Castro, A. M. F. M. & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa da literatura. In: *Temas em Psicologia*, 22(1), 01-12.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Cenci, C.M.B., Teixeira, J.F. & Oliveira, L.R.F. (2014). Lealdades invisíveis: Coparticipação da família no ato infracional. *Pensando Famílias*, 18(1), 35-44.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogos em Medidas socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília: CFP.
- Conselho Nacional de Justiça. (2016). Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores [on line]. Matéria jornalística publicada em página da Web na data de 25/11/2016. URL: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84034-traffic-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores>. Consultada em 04/03/2018.
- Coscioni, V., Costa, L. L. A., Rosa, E. M. & Koller, S. K. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psico (Porto Alegre)*, 48(3), 231-242.
- Coscioni, V. (2017). *Projetos de vida e relações interpessoais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.
- Costa, C. R. B. S. F. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ*, (2).
- Costa, C. R. B. S. F. & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O. & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em Conflito Com a Lei: O Relatório Psicossocial como Ferramenta para Promoção do Desenvolvimento. In: *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387.
- Dalla Porta, D., Sehn, A., & Siqueira, A. (2016). Aplicação de Medida Socioeducativa de Semiliberdade para Adolescentes nos Contextos do Brasil e de Portugal. *Interação em Psicologia*, 19(2).
- DeSousa, D. A., Rodríguez, S. N., & De Antoni, C. (2014). Relacionamentos de amizade, grupos de pares e tribos urbanas na adolescência. In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 118-131, Porto Alegre: Artmed.
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535.
- Espíndula, D. H. P. & Santos, M. F. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 357-367.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 51-59.

- Gonçalves, H. S., & Garcia, J. (2007). Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(3), 538-553.
- Finkler, L., Dell'Áglio, D. D. & Yunes, M. A. M. (2017). O caso Ação Rua: intervenções com crianças, adolescentes e suas famílias. *Psicologia em Pesquisa | UFJF*, 11(2), 22-32.
- Jacobina, O. M. P., & Costa, L. F. (2007). “Para não ser bandido”: Trabalho e adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(2), 95-110.
- Jimenez, L. & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 404-414.
- Macedo, R. S. (2015). *Pesquisar a experiência: Compreender/mediar saberes experienciais*. Curitiba: CRV.
- Morais, A. C. & Malftano, A. P. S. (2014). Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. In: *Psicologia & Sociedade*; 26(3), 613-621.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016). Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, MDS.
- Morais, N. A., Lima, R., & Fernandes, J. (2014). Adolescência e contexto familiar. In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 210-223, Porto Alegre: Artmed.
- Muylaert, C. J., Sarubbi Jr., V., Gallo, P. R., Rolim Neto & M. L, Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(Esp2),193-199.
- Nardi (2010). Adolescentes em conflito com a lei : percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Nardi, F. L. & Dell'Áglio, D. D. (2012). Adolescentes em conflito com a Lei: Percepções sobre família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 181-191.
- Nardi, F. L. & Dell'áglio, D. D. (2013). Reflexões acerca do ato infracional e da medida socioeducativa: Estudos de caso. In: *Revista Interamericana de Psicología*, 47(1), 33-42.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Prati, L. E., Haack, K. R. & Cielo, R. M. (2014). Promovendo saúde: encontros de bate-papo com adolescentes: In: Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 210-223, Porto Alegre: Artmed.
- Predebon, J. & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando famílias*, 19(1), 88-104.

- Rodríguez, S. N. & Damásio, B. F. (2014). Desenvolvimento da Identidade e do sentido de vida na adolescência. In : Habigzang, L. F., Diniz, E. & Koller, S. H. (orgs.). *Trabalhando com adolescentes; teoria e intervenção psicológica*, pp. 210-223, Porto Alegre: Artmed.
- Sehn, A. S., Dalla Porta, D. & Siqueira, A. C. (2015). “Tocar a vida para frente”: possibilidades de planos para o futuro de adolescentes que cometeram ato infracional. *Adolesc. Saúde*, 12(1), 28-34.
- Sousa, L. E. E. M. & Almeida, R. O. (2011). Sob o signo do medo: o significado da Liberdade Assistida na vida de adolescentes em conflito com a lei. *Ver. Plural*, 18(2): 27-51.
- Souza, A. P. L., Dutra-Thomé, L., Dei Schiró, E. D. B., Morais, C. A., & Koller, S. H. (2011). Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(49), 273-278.
- Zamora, M. H. (2008). Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia. *Revista Eletrônica Polêmica*, 7(2), 7-20.
- Zappe, J. G. & Dell’Aglío, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento. *Psico (Porto Alegre)*, 47(2), 99-110.